

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE CIÊNCIAS**

MURILO CABRAL NUNES

**INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA:
possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista**

**BAURU – SP
2025**

MURILO CABRAL NUNES

INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA:
possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Machado.

BAURU – SP
2025

N972i

Nunes, Murilo Cabral

Intelectuais negras brasileiras e pedagogia Histórico-crítica :
possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista /
Murilo Cabral Nunes. -- Bauru, 2025

107 p. : fotos

Dissertação (Mestrado profissional - Docência para a
Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências, Bauru

Orientador: Vitor Machado

1. Sociologia. 2. Mulheres negras. 3. Antirracismo. 4. Lei nº
10.639/03. 5. Pedagogia Histórico-Crítica. I. Título.

MURILO CABRAL NUNES

**INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA:
possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Machado.

Data da defesa: 21/03/2025

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Vitor Machado
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru - SP

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL – Londrina/PR

Membro Titular: Prof. Dr. Fábio Fernandes Villela
Universidade Estadual Paulista – Unesp – São José do Rio Preto/SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências
Unesp – Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MURILO CABRAL NUNES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 21 dias do mês de março do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MURILO CABRAL NUNES, intitulada **"INTELECTUAIS NEGRAS BRASILEIRAS E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista" e produto educacional " JOGO DA MEMÓRIA "MULHERES NEGRAS CONTRA O RACISMO"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. VITOR MACHADO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Unesp Faculdade de Ciências Campus de Bauru, PROFESSOR DOUTOR MARIA NILZA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente



VITOR MACHADO

Data: 02/04/2025 10:03:38-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. VITOR MACHADO

“A nossa escrevivência não pode
ser lida como histórias para ninar
os da casa-grande e sim para
incomodá-los de seus sonhos injustos”.

Conceição Evaristo

À minha irmã Juliana, que me ensina sobre
amor e amizade.

NUNES, M. C. **Intelectuais negras brasileiras e pedagogia Histórico-crítica: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista**. Orientador: Vitor Machado. 2025. 107 f. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP, 2025.

RESUMO

O presente estudo visa demonstrar a importância do pensamento social produzido por mulheres negras brasileiras acerca do racismo e como esse conjunto de conhecimentos pode enriquecer o currículo da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Metodologicamente, optamos por uma pesquisa de tipo documental, de abordagem qualitativa de documentos educacionais orientadores da Sociologia e da Educação Básica. Como referenciais teóricos utilizamos o apregoador pela Pedagogia Histórico-Crítica, com apoio de vários(as) teóricos(as) que discutem a questão do racismo e seus desdobramentos. Depreendemos como resultado deste estudo que da mesma forma que a produção das intelectuais negras brasileiras possui grande potencial para a construção de práticas antirracistas no ambiente escolar, percebe-se a existência de diversas barreiras, impedindo a circulação democrática de seus apontamentos. Como resultado prático deste trabalho, apresentamos o objeto de aprendizagem intitulado “Jogo da memória - Mulheres Negras Contra o Racismo”, no qual são apresentadas, como recurso didático, vida e obra de doze autoras negras do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Sociologia. Mulheres negras. Antirracismo. Lei nº 10.639/03. Pedagogia Histórico-Crítica. Relações Étnico-raciais.

NUNES, M. C. **Black Brazilian intellectuals and historical-critical pedagogy: possibilities for anti-racist sociology teaching.** Supervisor: Vitor Machado. 2025. 107 f. Dissertation (Master's in Teaching for Basic Education) – Faculty of Sciences, Universidade Estadual Paulista, Bauru - SP, 2025.

ABSTRACT

This study aims to demonstrate the importance of the social thought produced by black Brazilian women about racism and how this body of knowledge can enrich the curriculum of the Sociology discipline in high school. Methodologically, we opted for a documentary research, with a qualitative and quantitative approach of educational documents that guide Sociology and basic education. As theoretical references, we used the proclaimed by Historical-Critical Pedagogy, with the support of several theorists who discuss the issue of racism and its consequences. As a result of this study, we infer that, just as the production of black Brazilian intellectuals has great potential for the construction of anti-racist practices in the school environment, we perceive the existence of several barriers, that impede the democratic circulation of their notes. As a practical result of this work, we present the learning object entitled “Memory Game - Black Women Against Racism”, which presents, as a didactic resource, the life and work of twelve black authors of Brazilian social thought.

Keywords: Sociology. Black women. Anti-racism. Law nº 10.639/03. Historical-Critical Pedagogy. Ethnic-racial Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa – Superando o Racismo na Escola	43
Figura 2 – Capa – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	45
Figura 3 – Capa – Orientações e Ações Para as Relações Étnico-Raciais	46
Figura 4 – Capa – Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCC/EM) .	54
Figura 5 – Capa – Diretrizes Curriculares de Sociologia.....	55
Figura 6 – Capa – Material Didático de Sociologia.....	56
Figura 7 – Slide 1 – Material Didático Sociologia SP	69
Figura 8 – Carta do Jogo – Frase de Beatriz Nascimento.....	70
Figura 9 – Slide 2 – Material Didático Sociologia SP	70
Figura 10 – Carta do Jogo – Frase de Cida Bento	71
Figura 11 – Slide 3 – Material Didático Sociologia SP	72
Figura 12 – Carta do Jogo – Frase de Carolina Maria de Jesus.....	72
Figura 13 – Slide 4 – Material Didático Sociologia SP	73
Figura 14 – Carta do Jogo – Frase de Nilma Lino Gomes.....	74
Figura 15 – Dinâmica da Mediação Educativa na Pedagogia Histórico-Crítica.....	79
Figura 16 – Momento da Prática Social Inicial e da Problemática.....	80
Figura 17 – Momento da Instrumentalização.....	81
Figura 18 – Momento da Instrumentalização.....	81
Figura 19 – Mural Bibliográfico “Mulheres Negras”	83
Figura 20 – Protótipo do Objeto de Aprendizagem.....	84
Figura 21 – Apresentação da segunda versão do Jogo “Descolonizar o Saber”	84
Figura 22 - Cartas do Jogo “Descolonizar o Saber”	85
Figura 23 – Cartas de Apresentação do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – frente.....	86
Figura 24 – Cartas de Apresentação do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – verso	86
Figura 25 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – 1 .	87
Figura 26 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – 2 .	88
Figura 27 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – 3 .	89
Figura 28 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – Baralho Impresso	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte – Produções sobre “Mulheres negras brasileiras e ciência”	25
Quadro 2 – Estado da Arte – Produções sobre “Pedagogia Histórico-Crítica e Racismo e/ou Relações Etnico-raciais”	29
Quadro 3 – Análise Documental – Documentos Oficiais da Educação Básica e do Ensino de Sociologia	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASB	Associação dos Sociólogos do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCCEM	Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
COVID-19	<i>Corona Vírus Disease</i>
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
ERIC	<i>Educational Resources Information Center</i>
FNS	Federação Nacional dos Sociólogos
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPB	Organização Social Política Brasileira
PHC	Pedagogia Histórico-Crítica
PL	Projeto de Lei
PPGDEB	Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE/SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TEN	Teatro Experimental do Negro

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	18
2 METODOLOGIA	20
2.1 A Pesquisa Documental.....	21
2.1.1 Estado da Arte – Produções sobre Mulheres Negras Brasileiras e Ciência .24	
2.2 Objeto de Aprendizagem	26
2.2.1 Estado da Arte – Produções sobre Pedagogia Histórico Crítica e Racismo/Relações Étnico-Raciais.....	28
3 DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE RACISMO E SUAS DIMENSÕES	31
4 SOCIOLOGIA E RACISMO NA ESCOLA	38
4.1 A Lei n.º 10.639/2003.....	39
4.1.1 Avanços Legais e Didáticos recentes do Movimento Negro e do Setor Educacional Brasileiro	43
4.2 A História da Sociologia na Educação Brasileira.....	47
4.3 Análise de Documentos Oficiais Orientadores da Educação Básica e do Ensino de Sociologia	50
4.3.1 Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCCEM).....	54
4.3.2 Diretrizes Curriculares de Sociologia	55
4.3.3 Material Didático de Sociologia – tema “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo” - da 2.ª Série do Ensino Médio – 2024.....	56
5 CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA	58
6 UMA PROPOSTA AO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.....	68
6.1 Análise do Material Digital Para o Ensino de Sociologia no Estado de São Paulo e a colaboração do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”.....	68
6.2 A Pedagogia Histórico-Crítica como Ferramenta da Prática Docente Crítica e Transformadora	74
6.3 Aplicabilidade do Objeto de Aprendizagem “Mulheres Negras Contra o Racismo”	78

6.4 Descrição do Objeto de Aprendizagem Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”	82
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	98
APÊNDICE A – Fotos – Processo de Criação e Montagem da Primeira Versão do Jogo da Memória “Descolonizar o Saber”	98
APÊNDICE B – Apresentação do Projeto de Pesquisa e do Jogo em Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) em uma escola estadual de Bauru/SP	100
APÊNDICE C – Apresentação do Jogo da Memória “Descolonizar o Saber” em atividade do Mês da Consciência Negra em uma escola estadual de Bauru/SP	102
APÊNDICE D – Gabarito do Jogo Mulheres Negras Contra o Racismo	103
ANEXOS	105
AXENO A – Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003	105
AXENO B – Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	106

APRESENTAÇÃO

Ingressei no curso de Ciências Sociais no ano de 2004 na PUC/RS na cidade Porto Alegre, fazendo a transição de um curso de Direito na cidade de Uruguaiana no interior do Rio Grande do Sul. Tive algumas experiências durante a graduação que certamente colaboraram na minha, ainda, precária percepção da complexidade das tensões raciais brasileiras.

Nessa jornada, pude trabalhar na política de Assistência Social como estagiário do Bolsa Família, participei de congressos relevantes, tanto no Brasil quanto no exterior, fiz estágio docente em uma escola de Educação para Jovens e Adultos (EJA) na periferia de Porto Alegre, compus um coletivo cultural, estive presente em algumas edições do Fórum Social Mundial, atuei no movimento estudantil e dediquei minha pesquisa de conclusão de curso ao tema da Educação Inclusiva e à Formação Docente, orientado pela Professora Dr^a. Ruth Ignácio, que ao lado do Professor Me. Adão Clóvis Martins e do Professor Dr. Ricardo Mariano, marcaram minha formação.

Em 2010, trabalhei na abordagem social às pessoas em situação de rua no centro de Porto Alegre. No ano seguinte, assumi, como sociólogo, no escritório da EMATER/RS (assistência técnica e extensão rural) no município de Mampituba, no litoral norte do estado, onde estive por quatro anos e meio. Atuei como Sociólogo Extensionista Rural, com agricultores, as questões que envolviam suas realidades, como subsistência, extrema pobreza no meio rural, grupos de mulheres, jovens rurais, autogestão, protagonismo, banco de sementes, cooperativismo e regularização fundiária.

Enquanto Extensionista da EMATER, fiz parte do Conselho Municipal de Assistência Social de Mampituba. Vale lembrar que, paralelamente, atuei por um ano no EJA na cidade de Passo de Torres, em Santa Catarina.

Em Bauru, desde 2015, vivenciei algumas experiências que acho relevantes citar, como a de professor no ensino privado, ter cursado especializações em Antropologia, com trabalho de conclusão de curso sobre “Estratégias de Sobrevivência de Mulheres em Situação de Rua de Bauru”, sob a orientação da Professora Dr.^a Lourdes Feitosa, Ensino de Sociologia e em Confluências Africanas e Afro-Brasileiras na Educação, ter atuado como Educador pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio) em três unidades da Fundação CASA da

região, além de supervisionar o trabalho de campo do Censo Rural realizado pelo IBGE em 2017.

Em 2020, retornei a Porto Alegre para trabalhar novamente com pessoas em situação de rua, desta vez em um bairro distante do centro, chamado Lomba do Pinheiro. Tal realidade, somada à alguma maturidade e à pandemia da COVID-19, têm papel crucial nessa soma de várias experiências que culminam nas minhas escolhas atuais.

Em 2021, retornando para Bauru, já em um movimento de aproximação com este programa de pós-graduação, cursei a disciplina “Educação e Corporeidade”, ministrada pela Professora Dr^a. Fernanda Rossi. Foi nesse momento, em que comecei a delinear meu projeto de pesquisa baseado nas discussões que tivemos, principalmente as que denunciavam a ausência de corpos negros na escola, bem como dos conhecimentos produzidos por esse grupo social.

Em 2022, retornei ao trabalho docente como professor no estado de São Paulo, local onde havia atuado no ano de 2019. No corrente ano, com ajuda de uma estudante da “Escola Estadual Guia Lopes”, em Bauru, construímos uma primeira versão do Jogo, que viria a ser o objeto de aprendizagem que será apresentado a seguir. Na “Escola Estadual Farid Fayad”, em Agudos, trabalhei mais especificamente as autoras negras do pensamento social brasileiro, com pesquisa sobre suas obras e biografias, culminando na construção de um mural na Semana da Consciência Negra.

Participei do processo seletivo do Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica (PPGDEB) na Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru/SP. Nesse mesmo ano, cursei também como aluno especial, a disciplina Teoria Social na Educação Escolar, com o Prof. Dr. Vitor Machado, que viria a ser o orientador da minha pesquisa. Nessa oportunidade, identifiquei-me com a Pedagogia Histórico-Crítica, corrente pedagógica que também utilizo como aporte teórico nas reflexões deste trabalho.

Em 2023, ingressei como aluno regular no programa de Pós-Graduação citado, realizando oito disciplinas, dentre outras atividades acadêmicas e interpessoais que foram muito enriquecedoras, pessoal e profissionalmente.

Atualmente, no ano de 2024, sou professor em três escolas estaduais ministrando as disciplinas de Sociologia e Geografia para estudantes do Ensino Médio. Curso, como segunda licenciatura, as graduações em Geografia e Pedagogia.

Em relação ao tema de pesquisa, para além de sua delimitação, entendi que seria uma oportunidade de me aprofundar teoricamente e de ressignificar, principalmente, o meu lugar e olhar como um ser humano que pretende ser antirracista.

Neste momento - de aprofundamento e compromisso - que entendo tratar-se de um despertar inicial, pois vivo e percebo as relações na sociedade e no interior da escola como extremamente complexas, recorro às contribuições de pesquisadores(as) e ativistas para a compreensão deste fenômeno e às relações que vivo na escola, tornando o processo contínuo e dialético.

Ao relembrar minha trajetória profissional, percebo que fiz a opção por trabalhar com grupos historicamente percebidos como minorizados ou marginalizados, como agricultores familiares (jovens, mulheres do campo e assentados), pessoas em situação de rua, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes de escolas públicas e pessoas em extrema pobreza. Esta trajetória e seus desafios mostraram-me potências e limites que possuo enquanto educador, com marcadores sociais relevantes para minha atuação no mundo como, por exemplo, o fato de ser homem cisgênero, heterossexual, de classe média e, principalmente, branco.

Enquanto sociólogo, graduado há quinze anos, percebi ao longo do tempo que, independentemente de ter enfrentado limitações em minha formação inicial (restrição do meu contato com professores(as) e colegas negros(as) e, também, com teorias e pensadores não pautados pela noção de conhecimento eurocêntrica), que necessitava propor novas relações a estes e outros desafios impostos pelo meu fazer docente comprometido com a diversidade e a mudança social.

Apesar de nunca ter me percebido praticando atos racistas deliberadamente, passei a entender a mensagem de Angela Davis¹, pois ela afirma a necessidade de sermos antirracistas. Não consigo precisar em que momento tive o despertar para uma atuação mais compromissada com o antirracismo. Mas, compreendi que não bastava eu trazer novas leituras ou abordar o tema em sala de aula para que isso se tornasse parte integrante da minha personalidade e visão de mundo. Era necessário fazer uma mudança interna, sempre refletindo sobre meus privilégios e reconhecendo os meus limites de vivência e ação neste campo.

¹ Sua célebre frase “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista.” está no livro “Mulheres, raça e classe” de 1981.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva demonstrar a importância do pensamento social produzido por mulheres negras brasileiras acerca do racismo e como esse conjunto de conhecimentos pode enriquecer o currículo da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. O trabalho terá como pano de fundo a análise de documentos educacionais orientadores nacionais e estaduais de Sociologia e do conteúdo “Diferenças, relações étnico-raciais e racismo”, para o Ensino Médio do Estado de São Paulo. Como resultado do trabalho, será proposto um objeto de aprendizagem em forma de jogo da memória, que seja replicável em outras realidades educacionais e que colabore para o enriquecimento do currículo da disciplina de Sociologia no tocante às relações étnico-raciais.

Nesta dissertação, utilizamos a expressão “objeto de aprendizagem” no lugar de “produto educacional”, por entender que esse último não expressa adequadamente o objetivo do resultado prático deste programa de pós-graduação, que é o de enriquecer o fazer docente dos seus discentes e socializar essas construções com o maior número de educadores possíveis.

Diante do exposto, cabe o seguinte questionamento: como o “Jogo da Memória – Mulheres Negras Contra o Racismo”, juntamente dos apontamentos propostos pela Pedagogia Histórico-Crítica, podem contribuir para o enriquecimento curricular de Sociologia no Ensino Médio de São Paulo em relação à temática do racismo e suas dimensões?

São objetivos específicos desse trabalho levantar uma lista de autoras negras brasileiras do pensamento social brasileiro; conhecer a percepção de autoras negras brasileiras sobre o racismo e suas dimensões; proporcionar o contato dos educandos com livros e pensamentos de mulheres negras brasileiras; construir sequência didática de acordo com os momentos que compõem o ato educativo propostos pela PHC; aplicar e avaliar a efetividade de um jogo da memória sobre mulheres negras do pensamento social brasileiro; problematizar o esvaziamento curricular da disciplina de Sociologia na temática das relações étnico-raciais e demonstrar a capacidade de colaboração da produção de intelectuais negras brasileiras no preenchimento destas lacunas curriculares.

Para tanto, propõe-se, através do desenvolvido pela Pedagogia Histórico-Crítica, novas práticas pedagógicas que valorizem conhecimentos científicos produzidos por mulheres negras brasileiras, como por exemplo, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Cida Bento e Neusa Santos Souza.

Na seção 2, realizamos a apresentação da metodologia utilizada no trabalho, que foi uma pesquisa de tipo documental, de abordagem qualiquantitativa de documentos oficiais do ensino de Sociologia e da Educação Básica. Além disso, realizamos duas revisões integrativas, a primeira sobre produções científicas e mulheres negras e a segunda sobre estudos que relacionam o campo da Pedagogia Histórico-Crítica e a temática do racismo.

O desenvolvimento das discussões da dissertação está contido nas seções 3, 4 e 5, intituladas “Discussão sobre o Conceito de Racismo e suas Dimensões”, “Sociologia e Racismo na Escola” e “Contribuições das Mulheres Negras Brasileiras para o Ensino de Sociologia”

O objeto de aprendizagem é apresentado na seção 6 do trabalho, na forma de jogo de memória e tem como objetivos: valorizar o conhecimento científico e o protagonismo do discurso de mulheres negras do pensamento social brasileiro; qualificar o currículo de Sociologia na temática do racismo e suas dimensões; suscitar momentos de construção coletiva entre os(as) educandos(as) e educador(a), a partir dos resultados problematizados nos primeiros momentos e colaborar para o compromisso da construção de um ambiente antirracista.

2 METODOLOGIA

Diante do caráter profissional do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica (PPGDEB), os trabalhos de dissertação de mestrado são resultado do conjunto de discussões teóricas e a elaboração de um objeto de aprendizagem, com vistas à colaboração concreta com o trabalho docente, socializando novas estratégias de ensino-aprendizagem. Além disso, de suscitar reflexões sobre o currículo, sobre as escolhas dos conteúdos e sobre caminhos viáveis para a construção de uma nova sociedade.

Conceituamos metodologia de pesquisa utilizando o entendimento de Minayo (2007, p. 14):

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). Na verdade, a metodologia é muito mais que técnicas. Ela incluiu as concepções teóricas da abordagem articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

Para cumprirmos com os objetivos propostos neste trabalho, que tem em sua centralidade a questão da viabilização da circulação, na disciplina de Sociologia, da ciência feita por mulheres negras sobre a temática do racismo e seus desdobramentos, tomamos rumos particulares na discussão teórica e na construção da sequência didática que culminou na construção do objeto de aprendizagem.

Propusemos, na discussão teórica, uma pesquisa com abordagem qualiquantitativa, com técnica de análise documental de documentos oficiais sobre a Sociologia na Educação Básica e o material didático sobre racismo na disciplina de Sociologia do Estado de São Paulo.

Apresentamos a discussão sobre racismo, tensionando temáticas como a Lei 10.639/03 e conceitos caros como o de branquitude, apagamento científico e democracia racial, por exemplo.

No processo de construção do jogo da memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”, com sua respectiva sequência didática, utilizamos a Pedagogia Histórico-Crítica e a ludicidade como ferramentas de ensino-aprendizagem.

Durante a realização deste trabalho, consideramos importante realizarmos dois levantamentos sobre o estado da arte, ou seja, o panorama das produções científicas

que relacionassem educação antirracista/relações étnico-raciais na educação sob uma perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e outro sobre estudos que tivessem a mulher negra e sua relação com a ciência em sua centralidade.

Para cumprir com tal desafio, realizamos uma revisão integrativa de literatura, para que com a fotografia destes cenários, pudéssemos empreender em melhores reflexões. Sobre a revisão integrativa, Sonaglio *et al.* (2019, p. 3) afirmam:

[...] Se caracteriza por ser uma estratégia em que o pesquisador tem o interesse de sumarizar resultados de um conjunto de pesquisas sobre um mesmo tema, visando estabelecer generalizações ou desenvolver explicações mais abrangentes de um fenômeno específico, a partir da síntese ou análise dos achados.

As bases de dados que consultamos para a apuração do cenário das produções acadêmicas sobre as temáticas foram: Eric, Scielo Brasil e Portal de Periódicos da Capes.

A seguir, serão apresentados os caminhos teórico-metodológicos escolhidos para o trabalho, juntamente com os resultados das revisões integrativas relacionadas a cada seção.

2.1 A Pesquisa Documental

Pesquisa é entendida como um fazer central da ciência nos seus questionamentos e no processo de captação da realidade e tem o poder de instrumentalizar a educação e a mantém sempre atualizada diante dos desafios impostos pelo mundo. É necessário que essa atividade vincule ação e pensamento, ou seja, que esteja voltada para os problemas da vida real (Minayo, 2007).

Gil (2008, p. 26) define pesquisa social como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

Esta pesquisa, no que concerne seus objetivos, classifica-se como de caráter descritiva pois, busca entender a relação entre algumas variáveis de um mesmo fenômeno social. Vale lembrar que essa não é uma classificação estanque, já que Gil (2002) nos aponta que quando as descrições apresentam outra dimensão do problema estudado, incorporam-se aspectos da pesquisa de cunho exploratório, e quando a descrição avança da afirmação da existência das variáveis para a

determinação da lógica das mesmas, temos características da pesquisa de tipo explicativa.

Diante do caráter misto da pesquisa, ou seja, suas características qualitativas e quantitativas, entendemos ser importante a definição de tais conceitos.

A pesquisa qualitativa ocupa lugar primordial nas Ciências Sociais, pois é com o auxílio dela em combinação com o aporte teórico que o(a) investigador(a) pode dar significado e conhecer a lógica dos fenômenos sociais que não são quantificados, ou seja, aqueles fundamentados em crenças, tradições, valores, comportamentos etc (Minayo, 2007).

Para enriquecer essa discussão, apoiamo-nos em Godoy (1995, p. 21):

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a proporem trabalhos que explorem novos enfoques. (...) a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Sobre a pesquisa qualitativa, Soares (2019, p. 168) explica que ela:

[...] tem caráter exploratório, subjetivo e espontâneo, percebido pelos métodos utilizados neste tipo de pesquisa, como observação direta, entrevistas, análise de textos ou documentos e de discursos de comportamento gravados.

Além disso, Gerhardt e Silveira (2009) descrevem a pesquisa qualitativa como uma busca de análise do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que, invariavelmente, estabelecerão relações com a operacionalização dos processos.

O caráter quantitativo deste trabalho é identificado no momento que nos propusemos à criação de categorias de análise e, através delas, contabilizamos a frequência das mesmas nos documentos educacionais analisados. A pesquisa quantitativa é ferramenta primordial para cientistas sociais que, na sua prática, lidam com dados estatísticos e têm a necessidade de colaborar no entendimento da realidade com a criação de modelos e regularidades (Minayo, 2007).

Bardin (2020, p. 39) define a etapa categorial e sua relevância da seguinte forma:

É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É portanto um método taxonómico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento de escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar.

Reafirmando o carácter quali-quantitativo do presente estudo, nesse sentido, Minayo (2007, p. 22) chama atenção para a inexistência de hierarquia dessas abordagens, afirmando que elas não são incompatíveis: “[...] há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informação, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.

Para fins de análise, selecionamos os documentos orientadores relacionados à Sociologia na Educação Básica e ao ensino de Sociologia no Estado de São Paulo, os quais listamos a seguir: Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017); Diretrizes Curriculares de Sociologia (São Paulo, 2024) e o Material Didático de Sociologia da 2.^a Série do Ensino Médio (São Paulo, 2024).

Posteriormente, analisamos o conteúdo resultante do levantamento quantitativo. Para tal, nos referenciamos sobre o método proposto por Bardin (2020, p. 44), a saber:

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos destas mensagens).

O tratamento dos dados foi fundamentado através do método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2020), sendo apresentado nas discussões da seção 4.3, intitulada “Análise de Documentos Oficiais Orientadores da Educação Básica e do Ensino de Sociologia”.

Vale ressaltar que buscamos agir com uma posição responsável e consciente dos possíveis limites e fragilidades que podem surgir no processo de pesquisa. Tais pontos podem residir, tanto na escolha dos documentos a serem analisados, bem como na criação das categorias de análise, e, inclusive, na interpretação dos dados

encontrados, reafirmando então, nossa postura de vigilância epistemológica com vistas a respeitar as etapas do método científico.

Em relação ao rigor científico necessário, neste caso, com a análise de conteúdo de documentos, Bardin (2020, p. 30) contribui com relevantes reflexões:

[...] dizer não <<à ilusão da transparência>> dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. É igualmente <<tornar-se desconfiado>> relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjectivo, destruir a intuição em proveito do <<construído>>, rejeitar a tentação da Sociologia ingénua, que acredita poder aprender intuitivamente a significações dos protagonistas sociais, mas que somente atingem a projecção da sua própria subjectividade.

Não é demais lembrarmos que os apontamentos resultantes das análises são resultados desta experiência específica, ou seja, deste pesquisador, deste orientador, da prática docente vivida por ambos, da relação intelectual vivida no processo, do momento histórico, assim como as referências entrecruzadas desde o projeto até a realização da pesquisa.

Sobre a relação do(a) pesquisador(a) com o seu objeto de pesquisa, Bardin (2020, p. 30) explica:

Esta atitude de <<vigilância crítica>> exige o desvio metodológico e o emprego de <<técnicas de ruptura>> e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objecto de análise. É ainda dizer não <<à leitura simples do real>>, sempre sedutora, forjar conceitos operatórios, aceitar o carácter provisório de hipóteses e definir planos experimentais ou de investigações.

2.1.1 Estado da Arte – Produções sobre Mulheres Negras Brasileiras e Ciência

A revisão integrativa é uma metodologia de análise de dados composta por seis fases. São elas: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca em bases eletrônicas; (3) extração dos dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados e (6) apresentação da revisão integrativa (Souza *et al.* 2010).

Os resultados desse levantamento, bem como os critérios para a seleção dos artigos e as análises correspondentes aparecem a seguir, com o objetivo de colaborar com as discussões que seguirão.

As buscas pelos artigos foram realizadas em setembro de 2024, considerando os últimos 05 anos de produção científica sobre a temática, filtrando artigos revisados por pares e em língua portuguesa ou traduzidos. A escolha destas bases de dados citadas justifica-se por serem amplamente conhecidas e prestigiadas no meio técnico-científico.

A seguinte ordem de busca foi respeitada: 1. Eric; 2. Scielo Brasil e 3. Portal de Periódicos da Capes.

Quadro 1 – Estado da Arte – Produções sobre “Mulheres negras brasileiras e ciência”

Base de Dados	Busca: Mulheres negras brasileiras e ciência	
	Total Ocorrências	Total Inseridos na Revisão
ERIC	143	0
Scielo	344	28
Portal Periódico Capes	573	99
Total	1.060	127

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Foram encontrados um total de 1.060 resultados relacionados à busca nas três bases de dados, com as seguintes palavras-chave: “mulheres negras brasileiras” e “ciência”.

Foram incluídos na revisão um total de 127 artigos e os critérios de inclusão dos resultados foram os seguintes: 1) estudos que relacionassem o conceito “mulheres negras” com outros conceitos que atravessam esse trabalho, por exemplo: ciência, branquitude, autoras brasileiras do pensamento social, estudos sobre as obras e legados destas autoras, racismo, apagamento, filosofia negra, literatura negra, etc.

Ao analisarmos criticamente os resultados desta revisão, é possível perceber que há um número considerável de estudos que tem a mulher negra em sua centralidade. Foram excluídas pesquisas de áreas importantes, por exemplo, a saúde,

já que percebemos uma gama bem diversificada de temáticas sendo abordadas, que vão do aborto à anemia falciforme.

Em relação aos estudos incluídos em nossa revisão, foi possível captar algumas características importantes, como a existência de trabalhos que não só utilizam essas pensadoras do pensamento social brasileiro como referência – dentre elas Lélia Gonzalez, Suelo Carneiro, Cida Bento - mas que as citam em seus títulos, tendo-as como tema principal de pesquisa. Outro dado relevante foi a presença de vários estudos que utilizam a literatura realizada por mulheres negras no Brasil, com destaque para a escritora Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, como fio condutor de discussões sociológicas e filosóficas, utilizando muitas vezes as personagens dos contos ou poemas como mote para as reflexões teóricas sobre as condições de vida das mulheres negras.

A impressão que fica é a de que há um ambiente fértil, propenso às reflexões, à troca de experiências, ao diálogo científico e, principalmente, ao apontamento para caminhos que colaborarem para a mudança concreta, de situações violentas de toda sorte, vivenciadas diariamente pelas mulheres negras no Brasil.

Não foi objeto de nossa atenção neste momento, mas existem várias camadas a serem exploradas a partir de uma revisão de literatura, por exemplo, investigar a partir dos seguintes questionamentos: quem escreve sobre as mulheres negras no Brasil? Há um crescimento na produção de estudos científicos que tenham a mulher negra na centralidade das discussões? As ações afirmativas, como as cotas raciais, teriam gerado impacto em um possível aumento e diversificação destas produções?

2.2 Objeto de Aprendizagem

Para o desenvolvimento do objeto de aprendizagem Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”, utilizamos a metodologia da Prática Social apresentada por Demerval Saviani (2019), proposta basilar da corrente pedagógica conhecida como Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Acreditamos que essa metodologia é a mais apropriada por basear-se na dialética materialista-histórica e pelo compromisso de assegurar às camadas populares acesso ao conhecimento sistematizado historicamente, objetivando a mudança social.

Tomamos a explicação de Saviani (Saviani, 2015, p... 27) sobre a ideia de Marx referente à Dialética Materialista:

Estabelecendo n'A ideologia alemã o princípio de que não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas, ao contrário, é a vida real que determina a consciência, Marx desenvolveu a dialética em bases materiais tendo, no ponto de partida, indivíduos reais produzindo seus meios de vida e desencadeando a história como obra dos próprios homens. Por isso a concepção de Marx é chamada de materialismo-dialético.

Portanto, a escolha pelo materialismo histórico-dialético justifica-se por se aquela que nos permite captar com mais fidedignidade, fugindo das aparências, as contradições que circundam a existência humana na sociedade capitalista, estando desta forma a capacidade de entender tais contradições que se manifestam, também dentro do ambiente escolar.

A proposta pedagógica deste trabalho é baseada nos cinco momentos pedagógicos propostos por Saviani (2019), a saber: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social.

Nessa esteira, é válido lembrarmos o que diz Saviani (2019, p. 73) sobre teoria e prática no processo pedagógico:

[...] São aspectos distintos e fundamentais da experiência humana e nessa condição podem, e devem, ser consideradas na especificidade que as diferencia uma da outra. Ainda que distintos, esses aspectos são inseparáveis, definindo-se e caracterizando-se entre um em relação ao outro. Assim, a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade.

Na prática, o jogo foi aplicado nas aulas de Sociologia, com adolescentes na faixa etária dos 14 aos 18 anos, dentro do conteúdo programático “Diferenças, relações étnico-raciais e racismo” (São Paulo, 2024) trabalhado em agosto de 2024, em uma turma da 2.^a série do Ensino Médio, no terceiro bimestre.

A ludicidade recebe relevância neste trabalho, tendo em vista que fizemos a opção por um jogo da memória no qual as mulheres negras do pensamento social brasileiro estão representadas por seus conceitos, suas biografias e seus corpos através de cartas coloridas que possibilitam a circulação dessas novas ideias e sujeitos em sala de aula, de maneira que desperte a curiosidade, a criatividade, a pesquisa e a imaginação, sem perder o caráter científico da proposta didática.

De acordo com Andreazi *et al* (2018, p. 1):

Considera-se, portanto, que o lúdico pode beneficiar o aprendizado não

apenas das crianças, mas dos adolescentes que estão em um período de transição para a fase adulta, por relacionar o ensino com atividades prazerosas. [...] proposto no conceito escolar atende aos alunos e auxilia os professores no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a interação do indivíduo com a sociedade e o mundo.

É importante informarmos que a disciplina de Sociologia, no ano de 2024, esteve presente somente na 2.^a série do Ensino Médio, diminuição esta que é resultado da precarização da disciplina imposta pelo Novo Ensino Médio (NEM) (Brasil, 2018), sendo um dado relevante para as análises que virão.

Frisamos que foi trabalhada a questão do apagamento do conhecimento científico produzido por intelectuais negras e o contraponto em forma de valorização dessas produções acadêmicas e suas percepções sobre o racismo no desenvolvimento e aplicação do jogo, o qual veremos com mais profundidade, a seguir.

2.2.1 Estado da Arte – Produções sobre Pedagogia Histórico Crítica e Racismo/Relações Étnico-Raciais

Seguimos, aqui, a mesma metodologia adotada na revisão sobre os trabalhos relacionados às “mulheres negras brasileiras e a ciência”. Para fins didáticos, repetimos nossos critérios abaixo:

As buscas pelos artigos foram realizadas em setembro de 2024, considerando os últimos 05 anos de produção científica sobre a temática, filtrando artigos revisados por pares. A escolha destas bases de dados citadas justifica-se por serem amplamente conhecidas e prestigiadas no meio técnico-científico.

A seguinte ordem de busca foi respeitada: 1. Eric; 2. Scielo Brasil; 3. Portal de Periódicos da Capes.

Quadro 2 – Estado da Arte – Produções sobre “Pedagogia Histórico-Crítica e Racismo e/ou Relações Étnico-raciais”

Base de Dados	Busca: Pedagogia Histórico-Crítica + Racismo + Relações Étnico-Raciais	
	Total Ocorrências	Total Inseridos na Revisão
ERIC	474	0
Scielo	0	0
Portal Periódico Capes	2	2
Total	476	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Foram selecionados um total de 476 resultados relacionados à busca nas três bases de dados, com as seguintes palavras-chave: “Pedagogia Histórico-Crítica” e “Racismo” e/ou “Relações Étnico-Raciais”.

Incluímos na revisão um total de 02 artigos e os critérios foram os seguintes: 1) estudos que relacionassem o conceito de Pedagogia Histórico-Crítica com o conceito de Racismo e/ou o conceito de Relações Étnico-Raciais.

A não inclusão dos artigos se deve ao fato da não combinação de duas ou mais palavras-chave citadas acima. Temos ciência que há mais produções no Brasil que combinem esses conceitos em suas discussões, porém esse é o resultado desse recorte, dessa metodologia. O fato do resultado encontrar limitações, como qualquer pesquisa, não faz com que o dado deixe de suscitar reflexões sobre as causas desta baixa incidência.

Como frisado na discussão da revisão apresentada anteriormente, o foco do trabalho não está nestas questões, que poderiam ser melhor investigadas em outros trabalhos: Há incompatibilidade entre a PHC e as discussões que, de alguma forma, focam em questões chamadas de “identitárias”? Existe uma hierarquização das lutas, um entendimento que é somente na luta de classes que essas questões seriam dirimidas? Certamente, essa é uma questão complexa, que exige um aprofundamento

teórico maior para que se chegue a um entendimento, o que poderá ser realizado em outro momento.

3 DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE RACISMO E SUAS DIMENSÕES

Sem perder de vista o objetivo final desta pesquisa, que é a construção de um objeto de aprendizagem que possa ser socializado amplamente, e que colabore com o fazer docente de profissionais que necessitam abordar as relações étnico-raciais em sala de aula, na disciplina de Sociologia no Ensino Médio, a seguir serão apresentados alguns conceitos essenciais para esse aprofundamento.

Na sequência, utilizaremos uma variedade de autores(as), inclusive de sujeitos que não se enquadram em nosso recorte principal, com objetivo de evidenciar o potencial teórico de mulheres negras do pensamento social brasileiro. Ficará claro, desta forma, que nosso entendimento, certamente, não é o da exclusão de determinadas narrativas sobre quaisquer que sejam os fenômenos sociais estudados, neste caso, pela Sociologia.

Não obstante, daremos preferência para cientistas negros(as), escolha que justificamos com o apoio de Carneiro (2023, p. 88), em discussão sobre o apagamento da produção intelectual negra:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimentos dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes.

A opção, que será apresentada mais adiante, por um capítulo específico com a colaboração dessas mulheres para as discussões étnico-raciais na disciplina de Sociologia, justifica-se como uma estratégia textual e política, visando evidenciar suas colaborações científicas com o devido cuidado.

Neste momento, é crucial explicar a escolha por se trabalhar com o conceito de raça, numa perspectiva sociológica, ainda que saibamos que biologicamente tal conceito está superado.

Para Schucmam (2020), é fundamental que se encare raça como categoria sociológica, “para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só no que diz respeito à experiência local, mas também, nacional e global”.

Na defesa dessa escolha categórica, Gomes (2012, p. 741) afirma:

Enquanto alguns setores sociais ainda olham com desconfiança a adoção da raça como categoria de análise para a compreensão das relações étnico-raciais e das formas de racismo que operam em nossa sociedade e nos demais países latino-americanos, o movimento negro brasileiro, desde as suas primeiras organizações no início do século XX, explicita e comprova a centralidade da raça de diferentes formas e por meio de diversas abordagens.

Trazemos à baila, o que disse Clóvis Moura (2019, p. 249) sobre a utilização do termo raça pela imprensa negra brasileira:

A imprensa negra reflete como os negros articulam esse conceito em relação a si mesmos. Oprimidos socialmente e discriminados etnicamente, estigmatizados pela sua marca étnica, os negros concentram nessa marca o potencial de sua revalorização simbólica, do reencontro com a sua personalidade. Daí por que se referem à “raça”, à “nossa raça” sempre em nível de exaltação, pois tudo aquilo que para a sociedade discriminadora é negativo passa a ser positivo para o negro, e esse fenômeno se reflete na sua imprensa.

Ao buscarmos referências mais antigas, e não menos relevantes, vejamos as reflexões de Fernandes (2008, p.95) sobre a complexidade do entendimento da noção de raça em função da cor, em pesquisa seminal sobre relações raciais em São Paulo realizada com Roger Bastide na década de 1950:

A cor foi, portanto, selecionada como a marca racial que serviria para identificar socialmente os negros e os mestiços. Ela passou a ser um símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir a situação de indivíduos isolados, como *socius* e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma “raça” (Grifo do autor).

Sobre a justificativa da seleção da cor, na sociedade escravocrata brasileira, como marca racial, Fernandes (2008, p. 96), completa:

Pensamos, assim, que não foi por acaso que a cor foi selecionada, cultural e socialmente, como marca racial. Se as condições de convivência entre os “senhores” e os “escravos” favoreciam a retenção de um caráter físico que poderia, por sua natureza, exprimir simbolicamente a distância que existia entre as duas camadas sociais, não é menos verdade que a própria dinâmica da sociedade de castas, que eles constituíam, dependia estreitamente de um elemento que servisse como fonte de justificação e de legitimação da conduta espoliativa e exclusivista dos “senhores”. Esse elemento foi a cor, que passou a indicar mais que uma diferença física ou uma desigualdade social: a supremacia das *raças brancas*, a inferioridade das *raças negras* e o direito natural dos membros daquelas de violarem o

seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos (Grifos do autor).

Fica evidente que para além do fato do termo “raça” ter sido utilizado como justificativa para escravizar o povo da diáspora africana, como uma espécie de contraveneno, passou a ser utilizado pelos negros(as) em seu favor, seja política, social ou até psicologicamente (Moura, 2019).

Antes de conceituarmos o racismo, propriamente dito, julgamos importante mostrar as reflexões de Moura (2019, p. 44) sobre a vida de uma pessoa escravizada em uma sociedade que escraviza, com o intuito de reconhecermos o papel das heranças históricas para a compreensão do racismo que se manifesta atualmente:

No entanto, como todo o Estado de uma sociedade escravista, ele era inteiramente fechado a tudo aquilo que poderia ser chamado de democracia. [...] Não foi por acaso, que o Brasil tornou-se o último país do mundo a abolir a escravidão. O que caracteriza fundamentalmente esse período da nossa história social é a luta do escravo contra esse aparelho de Estado.

Com a certeza de que existe uma variedade de formas de classificar e definir o racismo, apresentamos a concepção de racismo estrutural trazido à tona pela filósofa Sueli Carneiro em sua obra “Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil” (2021, p. 91), que dialoga com a obra de Charles Mills, o conceito é apresentado da seguinte forma:

Mills propõe que tomemos a inquestionável supremacia branca ocidental no mundo como um sistema político não nomeado, porque ela estrutura “uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado quer pela lei quer pelo costume”. Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas.

Com a finalidade de ilustrar com mais detalhes as características do racismo estrutural, Araújo e Gomes (2023, p. 15) reforçam:

Esse fenômeno perverso, estrutural e estruturante faz-se presente desde o passado colonial e escravocrata brasileiro até os tempos de hoje, marcados pelo capitalismo monopolista, neoliberalismo, empobrecimento, ataques à democracia, aos direitos, às ciências e à educação, vindos de governos autoritários e do acirramento das desigualdades de toda a ordem.

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco legal de extrema relevância no que diz respeito ao enfrentamento do racismo, vejamos:

Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (Brasil, 1988, p. 2).

Diante do exposto, é importante ressaltarmos que as discussões deste trabalho serão formuladas a partir da concepção de racismo estrutural.

A seguir, conceituaremos formas de manifestações do racismo, hoje em dia tão entranhadas no comportamento dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as). Na sequência, abordaremos o significado de preconceito e de discriminação racial.

a) Preconceito

Preconceito é entendido como uma opinião pré-concebida sobre algo, geralmente apoiada na tradição, nos costumes ou em generalizações. Os preconceitos, ao não serem problematizados e desconstruídos, podem adquirir uma força perigosa nas relações humanas. Importante ressaltarmos que essa opinião prévia sobre determinada ideia, pessoa ou grupo social, geralmente é negativa (Sant’Ana, 2005).

b) Discriminação racial

Nos termos do Art. 1.º da Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1965, p. 2), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a expressão de discriminação social significa:

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que têm por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública. Logo, a discriminação racial sempre tem por objetivo ou efeito

anular ou restringir o exercício, em igualdade de condições dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Destacamos a importância de pontuar, também, o conceito de identidade negra, que se justifica pelas violências sofridas ao longo de séculos e as diferentes formas de enfrentamento dessas marcas, seja pela via da política, da cultura, da linguagem ou da religião.

Sobre a construção identitária dos sujeitos negros, Gomes (2023, p. 79) destaca que:

A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes de sua história e de sua ancestralidade.

Merece destaque o conceito apresentado por Schucman (2020, p. 49) em relação aos estudos sobre branquitude:

A partir da década de 90 do século passado, os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos começaram a mudar seu enfoque, e novos olhares sobre o tema começaram a surgir. O movimento de mudança nesses estudos se deu quando os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos “outros” racializados para o centro para o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos. Esses novos enfoques foram chamados “estudos críticos sobre a branquitude”.

Sueli Carneiro (2021, p. 91) qualifica a branquitude como um sistema de poder, vejamos:

A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência em todas as instâncias de poder da sociedade [...].

O economista Mário Theodoro, em sua obra “A sociedade Desigual”, apresenta vários pontos importantes para a discussão sobre racismo, branquitude e a formação do Brasil. Vejamos essa passagem:

A branquitude é a transformação da estética, da percepção de mundo e da cultura brancas em padrão social, e faz com que tudo que não esteja

associado ao arquétipo ariano e aos seus desdobramentos seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso. Ela é perversa porque sufoca a alteridade, nega a diversidade e funciona como uma espécie de ditadura da unicidade de beleza e dos valores morais associados a esse arquétipo de alvura. [...] Esse é o processo que leva ao privilégio da brancura (2002, p. 21).

Etimologicamente, é importante situar o termo “etnia”, que possui ligação com a palavra grega *ethnós*, que apresenta a noção de povo. Sendo assim, a definição de um grupo étnico partindo da dimensão da organização social, seria a expressão de uma identidade que se diferencia na relação com os demais grupos sociais e com a sociedade como um todo. Essa identidade tem a função de delinear os limites – e constante transformação - desse grupo e de alimentar relações solidárias (Luvizotto, 2009).

Assim, Luvizotto (2009, p. 34) aponta que:

A ideia de etnia deve ser introduzida em contextos sociais, políticos e econômicos, a fim de situar e entender os fenômenos étnicos contemporâneos, tornando expressões como movimento étnicos, grupos étnicos, guerra entre etnias, etnia cigana, negra, afro-americana, indígena, correntes em nosso cotidiano. [...] Uma dinâmica que rompe com a visão de cultura no singular, remetendo para uma concepção de que a cultura é mais bem compreendida se for inserida dentro de universos múltiplos, coexistindo e enfrentando esses movimentos permanentemente em processo de metamorfose.

Sobre o mito da democracia racial brasileira e o legado negativo das ideias do sociólogo Gilberto Freyre, apontamos as conclusões de Hasenbaug (2022, p. 105):

A atual versão oficial das relações raciais teve sua formulação acadêmica feita no início da década de 1930 por Gilberto Freyre. Ao destacar as contribuições positivas do africano e do ameríndio para a cultura brasileira, esse autor subverteu as premissas racistas presentes no pensamento social do fim do século XIX e início do século XX. Simultaneamente, Freyre criou a mais formidável arma ideológica contra o negro. A ênfase da flexibilidade cultural do colonizador português e no avançado grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial. A consequência implícita dessa ideia é a ausência de preconceito e de discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos.

No que tange à área intelectual, o mito da democracia racial passou a ser encarado com criticidade e rigor científico, a partir das décadas de 1950 e 1960, movimento impulsionado pelas atrocidades raciais baseadas no racismo, vivenciadas por vários grupos na Segunda Guerra Mundial.

Capitaneado por Arthur Ramos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) projetou e financiou uma pesquisa em diversas partes do Brasil com o objetivo de averiguar a existência ou não do racismo em nosso território. Daí, mesmo que tenham surgido estudos que continuassem signatários do que foi defendido por Gilberto Freyre, surgiram obras consideradas seminais nesse novo paradigma (Santos, 2022).

Referente a essas novas produções sobre as relações raciais no Brasil, Santos (2022, p. 241) lembra que:

Na época, de certa forma, o desmonte da democracia racial feito por meio de trabalhos de intelectuais brancos caminhava em paralelo às análises realizadas por intelectuais negros. Alberto Guerreiro Ramos, Clóvis Moura e Edison Carneiro realizaram estudos sociológicos e históricos que desnudaram o caráter sistêmico do racismo no Brasil, derrubando a crença de que aqui seria um país pacífico e harmonioso. Seus estudos eram denúncias latentes tanto da necessidade de se repensar a história do país a partir do reconhecimento do protagonismo negro, como de compreender por que os valores da brancura se tornaram sinônimos de beleza, positividade e civilização.

Vale lembrar que os conceitos apresentados acima têm a finalidade de guiar as discussões do trabalho, portanto, estamos certos de que cada um deles poderia ter sido desenvolvido em um nível mais complexo. Para o momento, acreditamos que da maneira que estão expostos, podem colaborar para enriquecer as reflexões.

De toda forma, apontamos os(as) seguintes estudiosos(as) que merecem destaque²: Moura; Ramos; Cesáire; Fanon; Souza; Schwarcz e Dávila. Tão importantes quantos esses(as), são os(as) demais autores(as) citados(as) de forma direta e indireta no presente trabalho.

² Sociologia do negro brasileiro, Moura (2019); Negro sou, Guerreiro Ramos (2023); Discurso sobre o Colonialismo, Aimé Cesáire (2020); Pele negra máscaras brancas, Frantz Fanon, (2008); Tornar-se negro, Neusa Santos Souza (2021); O Espetáculo das Raças, Lília Moritz Schwarcz (1993) e Diploma de Brancura, Jerry Dávila (2005).

4 SOCIOLOGIA E RACISMO NA ESCOLA

Nesta seção, damos atenção especial à legislação vigente sobre a educação para as relações étnico-raciais, assim como a uma breve síntese sobre a trajetória da Sociologia na Educação Básica brasileira. Por fim, análises de caráter qualiquantitativo sobre documentos oficiais orientadores da educação e o currículo de Sociologia do Estado de São Paulo.

Com o intuito de ilustrar a complexidade e a importância das discussões que seguem, vejamos o que Araújo e Gomes (2023, p. 16) afirmam sobre a relevância de produção de conhecimento nesse campo:

Os estudos sobre as crianças negras e suas infâncias têm crescido gradativamente na produção teórica brasileira. Encontramos autores e autoras negros/as e não negros/as interessados no aprofundamento epistemológico sobre como o racismo impacta a vida de crianças e adolescentes negro e negras. [...] E destaque às experiências dessas crianças como sujeitos sociais e culturais que criam e recriam a sua existência, mesmo em situações duras de desigualdades que a elas impõem desde tão cedo o árduo aprendizado de luta pela sua própria sobrevivência.

Ao refletir sobre a problematização do racismo na escola, Munanga (2001, p. 16) afirma que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os seguimentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Passados mais de 20 anos da implementação da Lei n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003), o que é considerado um avanço significativo pelos estudiosos do tema, percebe-se, na prática, várias barreiras que impedem a real concretização da legislação no cotidiano escolar.

Em 2023, o Géledes - Instituto da Mulher Negra - em conjunto com o Instituto Alana realizaram a pesquisa intitulada “Lei 10.639: A atuação das Secretarias Municipais de Educação no Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, obtendo um panorama com resultados relevantes deste processo complexo de

implementação.

A investigação revelou que os(as) gestores(as) municipais recentem da falta da presença dos poderes estadual e federal, seja por meio de ações diretas, cooperação técnica ou financiamento. O estudo realizado em 21% dos municípios do país constatou que 71% deles não desenvolve nenhuma ação com intencionalidade voltada para o cumprimento da referida legislação.

O próprio esforço destes dois movimentos sociais, de realizar essa fotografia da concretização e dos gargalos enfrentados por uma política pública tão importante para toda comunidade escolar do Brasil, já pode ser considerado um avanço. Porém, como consta no próprio documento, o caminho ainda é árduo, uma vez que precisaremos superar barreiras que vão desde a falta de recursos, à falta de legislação municipal, formação de profissionais, até à descrença na importância da aplicabilidade e da construção de um espaço escolar digno e diverso (Instituto Alana, 2023).

Em alusão à atuação docente para a educação antirracista, Gomes (2005, p.149) lembra que:

Ao entrar nesse debate estamos questionando a nossa atuação profissional e a nossa postura ética diante da diversidade étnico-cultural e das suas diferentes manifestações no interior da escola. Que tipo de profissionais temos sido? A educação carece de princípios éticos que orientem a prática pedagógica e sua relação com a questão racial na escola e na sala de aula.

Os desafios são complexos e vão desde ações governamentais, previsões orçamentárias, mudanças estruturais, quebra de paradigmas epistemológicas, a mudanças de atitude, de pensamento, de sistema político e econômico, etc.

4.1 A Lei n.º 10.639/2003

Para as reflexões que virão, é importante lembrar da Lei n.º 10.639/2003³ (Brasil, 2003) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) quando tornou obrigatório o ensino sobre a história da África, cultura afro-brasileira e da luta dos negros (as) no Brasil:

³ As Leis 10.639 (Brasil, 2003) e 11.645 (Brasil, 2008) estabelecem a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena, respectivamente, na Educação Básica brasileira, sendo marcos jurídicos importantes para reconhecimento da importância cultural e histórica desses povos para o Brasil.

Art. 26-A Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura Afro-Brasileira.

§ 1.º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2.º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro- Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 2003, p. 1).

Vale lembrar da Lei n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008), que altera a Lei n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996), modificada pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

A Lei n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003) é uma ação afirmativa, fruto da luta do Movimento Negro⁴, que desde os anos 1950 com as reflexões propostas pelo intelectual e ativista Abdias do Nascimento⁵ e o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁶ vem problematizando a necessidade da valorização social do negro (a) e da

⁴ Apresentado neste trabalho no singular, apesar do entendimento que a história do Brasil é marcada por diversos movimentos negros.

⁵ Nasceu em 1914, em Franca, interior de São Paulo - faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 2011. Foi um dos maiores defensores da cultura e igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil, nome de grande importância para a reflexão e atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira. Foi ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras.

Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra e dos direitos humanos no Brasil e no mundo, foi oficialmente indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010. Foi pioneiro do movimento negro no Brasil nos anos 1930. Fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo. Foi professor emérito na Universidade do Estado de Nova York, campus de Buffalo, EUA, onde, durante seu exílio do regime militar, ele foi Professor Titular por dez anos. Atuou como professor visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale. Convidado pelo Fórum das Humanidades da Universidade Wesleyan, também nos Estados Unidos, ele participou na condição de Visiting Fellow, com alguns dos mais destacados intelectuais da época, no Seminário "A Humanidade em Revolta". Foi professor convidado do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ife, em Ilê Ife, Nigéria.

Voltando do exílio, Abdias do Nascimento foi deputado federal e senador da República, além de secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu mandato de senador de 1997 a 1999, apresentando vários projetos com objetivo de combater o racismo e a discriminação da população afrodescendente brasileira.

⁶ O Teatro Experimental do Negro (TEN) é fundado em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, por iniciativa do economista e ator Abdias do Nascimento (1914-2011), com o apoio de amigos e

cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte, objetivando uma inclusão social e cidadã (Gomes, 2020).

Ao refletir sobre ações governamentais com vias de diminuição de vulnerabilidades, Carneiro (2021, p. 50) salienta:

No entanto, o que importa é sublinhar a impossibilidade de elaborar políticas públicas sem levar em conta as desigualdades sociais existentes no país e, ao mesmo tempo, apontar as deficiências nas formulações que não considerem seriamente essa dimensão.

Quando dispensamos nossos esforços para compreender os gargalos encontrados pelas ações amplas antirracistas, precisamos lembrar que:

No combate em que parcelas das elites nacionais travam contra as políticas de promoção de igualdade racial, elas se servem da desqualificação pública dos movimentos negros e de seus parceiros e aliados, da negação do racismo e da discriminação racial, da deslegitimação acadêmica de estudos e pesquisas que há décadas vêm demonstrando a magnitude das desigualdades raciais e a utilização de experiências genéticas para consubstanciar a miscigenação e a negação do negro como sujeito social demandador de políticas específicas e deu seu direito democrático de reivindicá-las (Carneiro, 2021, p. 38).

Os marcos legais, referentes ao campo educacional, são vistos como uma conquista em relação à garantia da inclusão das temáticas étnico-raciais, apesar de sabermos que esta enfrenta resistência e limitações em diversas dimensões, sejam elas de caráter formativo, de falta de fiscalização, epistemológicos, de recursos e político-culturais para que se efetive plenamente.

Esse é um desafio que está posto para a comunidade escolar, principalmente para aqueles(as) que estão em contato direto com os conteúdos e com os(as) estudantes dentro das salas de aula.

A Lei n.º 10639/2003 (Brasil, 2003) marca a obrigatoriedade do ensino na Educação Básica da História da África, dos afro-brasileiros(as) e das lutas dos negros(as) no Brasil. É bom salientar o compromisso das Ciências Sociais, mais precisamente da Sociologia, em debater questões étnico-raciais no âmbito escolar, e problematizar o currículo e a didática para que a legislação se acerque, cada vez mais, da realidade dos educandos(as) e da comunidade escolar.

Diante das dificuldades e do déficit na aplicabilidade da lei, bem como a distância entre a formação docente e a proposta em questão, entendemos ser importante a discussão sobre o apagamento e marginalização de determinados sujeitos e conhecimentos dentro do ambiente escolar, principalmente se pensarmos na população negra, sua história, cultura e contribuição científica à sociedade brasileira.

Mesmo que as questões étnico-raciais escolares estejam cada vez mais asseguradas e tuteladas pela legislação, na prática percebe-se uma grande limitação atitudinal para que o ensino da história da África, afro-brasileira e da luta dos negros do Brasil se efetive (Araújo, 2021).

Práticas pedagógicas antirracistas são objeto de diversos estudos e, sabidamente, também um desafio para o(as) educadores(as), para formuladores(as) de políticas públicas, legisladores, intelectuais, escolas, universidades, movimentos populares e para a sociedade como um todo.

Acreditamos que, apesar de existirem problemas no campo da formação docente e resistências políticas e socioculturais em relação ao ensino de questões étnico-raciais, bem como qualquer temática ligada à diversidade social e epistemológica, seja compromisso dos(as) educadores(as) identificarem suas limitações didático-pedagógicas, em um despertar de consciência, e optarem por escolhas educacionais que apontem cada vez mais para um caminho ligado à pluralidade, em que a inclusão seja consolidada através de escolhas pedagógicas centradas no conhecimento científico. Esse não é, logicamente, um processo simples, haja visto o caráter estrutural, já apontado neste trabalho, do racismo brasileiro.

Vejamos uma passagem de Santos *et. Al* (2018, p. 959) que colaboram para o entendimento dessa complexa questão:

Uma vez imersos numa epistemologia eurocêntrica e pretensamente universal, deslocarmo-nos desse lugar de sujeito cognoscente orientado eurocentricamente para analisar criticamente as lentes que utilizamos para ler o mundo e, então, contemplar outras óticas e ângulos de visão é um desafio que se coloca.

Como resultado de sua pesquisa, Santos *et al.* (2018) apontam como pontos dificultadores para a implementação da legislação, diversos fatores, como a obrigatoriedade de uma nova prática docente, a pouca familiarização teórico-epistemológica com as questões étnico-raciais, desconhecimento de conteúdos

específicos, falta de formação inicial e continuada de todos os envolvidos com o cotidiano escolar, falta de transversalidade, entre outros.

4.1.1 Avanços Legais e Didáticos recentes do Movimento Negro e do Setor Educacional Brasileiro

Nesta subseção, achamos importante citarmos e analisarmos brevemente três documentos referentes à educação para as relações étnico-raciais no Brasil. As peças analisadas são entedidas neste trabalho como conquistas e avanços do movimento negro e do setor educacional articulado brasileiro, no sentido de trabalhar para a construção de processos que garantam a vivência digna e diversa dos sujeitos no ambiente escolar.

O primeiro documento data do ano de 1999, ou seja, anterior à legislação referida anteriormente, e chama-se “Superando o Racismo na Escola” (1), na sequência, apresentamos as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2), publicadas no ano de 2004 e, por último, destacamos as “Orientações e Ações Para as Relações Étnico-Raciais” (3), de 2006. Todos os documentos foram publicados pelo Ministério da Educação (MEC).

A seguir, apresentamos e analisamos os documentos supracitados, na ordem:

Figura 1 – Capa – Superando o Racismo na Escola



Fonte: Brasil (1999).

Esta obra propõe reflexões sobre a superação do racismo no interior da escola, tendo como seus principais interlocutores professoras(es) e profissionais da Educação Básica brasileira.

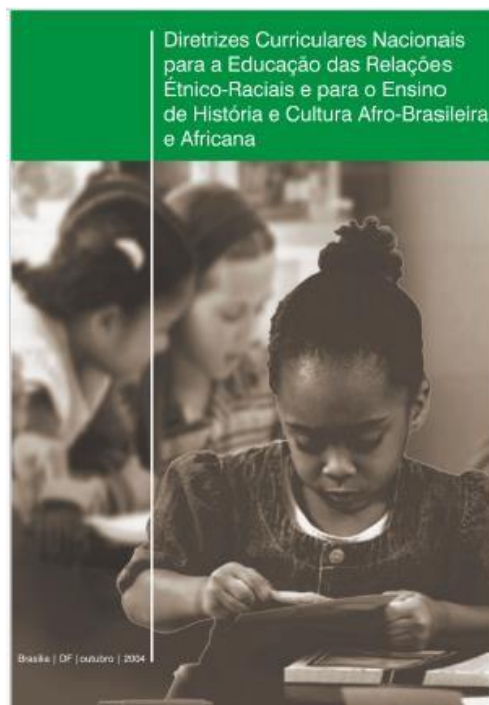
O projeto, resultado de um esforço coletivo, conta com trabalhos de quatorze professoras(es) e especialistas em educação e foi fruto de sugestão do Grupo Interministerial para Valorização da População Negra (GTI da População Negra) e editado pelo MEC em 1999, com reedição revisada em 2005 por conta do contexto recente da sanção da Lei 10.639 em 2003.

O livro, que foi organizado pelo professor Kabengele Munanga⁷, foi uma resposta importante aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), adotados em 1997, e que apresentavam a proposta de temas transversais – por exemplo, as relações étnico-raciais - como alternativa de flexibilização e diversificação curricular.

Ao longo do livro, o leitor encontra uma variedade de temas que vão da reflexão sobre o livro didático, a diferença, a tradição, autoestima, arte e diversidade, africanidades brasileiras até estratégias de ensino-aprendizagem das relações étnico-raciais.

⁷ Nasceu em 1940, em Bakwa-Kalonji, República Democrática do Congo (ex-Zaire e ex-colônia belga). Graduiu-se em antropologia social e cultural pela Universidade Oficial do Congo, em 1969, tornando-se o primeiro antropólogo de seu país. Ao longo de sua trajetória, produziu mais de 150 trabalhos, entre livros, capítulos de livros e artigos. Seus principais temas de pesquisa são racismo, identidade negra, negritude, multiculturalismo, educação e relações étnico-raciais, políticas antirracistas. No Brasil, foi professor visitante na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, antes de ingressar na Universidade de São Paulo (1980-2012); na USP, atuou como professor do Departamento de Antropologia e dirigiu o Centro de Estudos Africanos (2006-2010). Ademais, foi diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia (1983-1989) e vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea (2002-2006). Em 2023, recebeu da instituição o título de professor emérito.

Figura 2 – Capa – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



Fonte: Brasil (2024).

Este documento surge no contexto histórico da promulgação da Lei n.º 10.639/2003 e apresenta os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, de acordo com a sua homologação em 18/05/2004, do Parecer 03/2004, do Conselho Nacional da Educação. Foi publicado pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

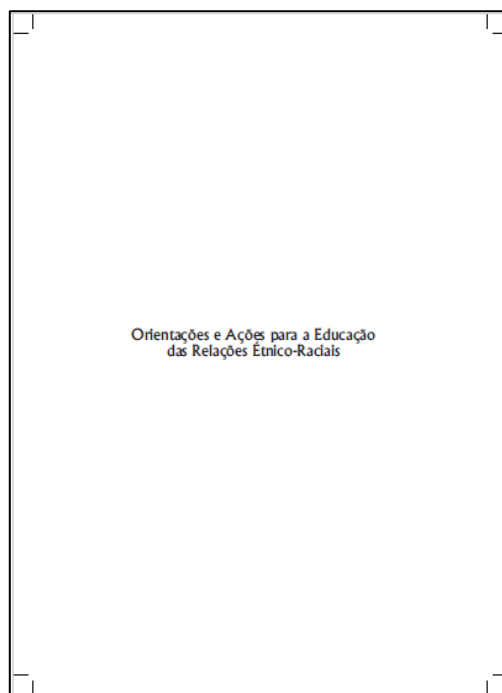
A contextualização de tais marcos legais divide-se nas seguintes seções: Questões Introdutórias; Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas; Educação das Relações Étnico-Raciais; História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – determinações; Consciência Política e Histórica da Diversidade; Fortalecimento de Identidades e de Direitos e Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações.

As Diretrizes contidas no documento foram uma necessária resposta ao que o momento pós Lei n.º 10.639/2003 demandava, ou seja, um guia claro e objetivo para aqueles(as) que trabalham diretamente com a educação.

Cabe a menção do caráter democrático da construção de tais diretrizes, já que

o próprio documento apresenta o processo de consulta plural que culminou no resultado final, onde foram consultados vários setores e sujeitos da sociedade.

Figura 3 – Capa – Orientações e Ações Para as Relações Étnico-Raciais



Fonte: Brasil (2006).

Apresentado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), como um desdobramento dos marcos legais aprovados em 2003 e 2004, relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais, envolveu 150 estudiosos em diferentes GTs (grupos de trabalho) entre 2004 e 2005.

Um dado importante é que essas orientações foram resultado de GTs temáticos, são eles: GT Educação Infantil, GT Ensino Fundamental I, GT Ensino Fundamental II, GT Ensino Médio, GT Educação de Jovens e Adultos, GT Licenciaturas e GT Quilombolas, todos coordenados por mulheres.

Merece destaque a bibliografia utilizada em cada etapa de ensino e constam diversos(as) autores(as) negros(as) que possuem trabalhos notadamente relevantes na área. Vale destacar a participação de pesquisadoras mulheres em espaços de destaque, como a coordenação dos Gt's que construíram o documento.

É um documento que se apresenta como ótima alternativa para a formação

docente e a discussão sobre a temática étnico-racial no dia a dia das escolas brasileiras.

4.2 A História da Sociologia na Educação Brasileira

Em 2008, através da Lei n.º 11.684 (Brasil, 2008) foi oficializada a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas três séries do Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas do Brasil. Refletir sobre o papel desta ciência no currículo escolar toma relevância, na medida da importância do seu escopo teórico-metodológico que enriquece e possibilita o estabelecimento do pensamento crítico no ambiente escolar. Não por acaso, a disciplina de Sociologia ao longo do tempo vem sofrendo ataques em relação a sua legitimidade sendo alvo de ações que geraram uma história marcada por interrupções, exclusões, perseguições e achatamentos de todas as ordens (Freitas; França, 2016).

Dessa maneira, a presente seção, sem a pretensão de exaurir ou de trazer todas as informações históricas faz um apanhado bibliográfico que nos permite entender a trajetória da disciplina desde o Brasil República, iniciada em 1889.

Foi nas Escolas Normais, em 1892, com a oferta da disciplina “Sociologia, Moral, Noções de Economia e Direito Pátrio”, que a Sociologia foi introduzida pela primeira vez como um componente curricular na Educação Escolar Brasileira (Turini, 2019).

Diante de um histórico de divergências, a educação brasileira no início do século XX passou pelas Reforma Rivadavia Correia em 1911 e a Reforma Maximiliano no ano de 1915, em ambas o currículo escolar do ensino secundário não previa a presença da Sociologia (Turini, 2019).

Somente a partir de 1925 (com a Reforma Rocha Vaz e em 1931 com a Reforma Francisco Campos) é que a Sociologia volta a ser incluída como um componente curricular no ensino secundário. Uma obra, em especial, merece destaque, pois é entendida como o primeiro esforço teórico à disciplina voltada para a educação escolar, trata-se de “Sociologia: Compendio Escolar para o Curso Gymnasial” de A. Lorton, veiculada em 1926 (Oliveira, 2013).

Durante a Reforma Capanema em 1942, que aconteceu no Estado Novo, instituído em 1937, a Sociologia foi retirada do currículo escolar em razão, em grande parte, pela instabilidade e falta de consenso sobre o seu papel enquanto ciência no

Brasil (Turini, 2019).

Oliveira (2013) marca o redirecionamento das Ciências Sociais no Brasil com a Reforma Universitária de 1968, ao separar as faculdades de Educação das de Ciências Sociais, o que sem dúvidas colaborou para a construção de reflexões e de um campo de atuação e formação mais sólidos.

Lembramos que durante o regime militar (1964-1985), em 1968, a Sociologia foi substituída por Organização Social Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, o que acabou brecando o desenvolvimento da matéria nos currículos escolares (Freitas; França, 2016).

Impulsionado pelo fortalecimento de entidades de classe como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), constituída nacionalmente em 1950, bem como a Associação dos Sociólogos do Brasil (ASB) em 1977, que veio a se chamar Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), em 1988, o ensino de Sociologia começa a sua reabilitação na década de 1980. Uma das conquistas emblemáticas deste período foi a homologação da Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980 (Brasil, 1980), marco legal este que regulamenta o exercício da profissão de sociólogo, desde então, é comemorado o dia do sociólogo em tal data (Turini, 2019).

Seguindo em ordem cronológica, alguns pontos podem ser lembrados antes de avançarmos até os dias atuais: em 1983, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) recomendou o ensino obrigatório de Sociologia nos currículos escolares, o que também foi implementado pelos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) apresenta o tema em apenas um artigo, afirmando serem “necessários os conhecimentos de filosofia e Sociologia ao exercício da cidadania”, o que não constituiu um avanço formal curricular nacional (Turini, 2019).

Encaminhamos, pois, uma última parte desse breve arrazoado sobre a história da disciplina de Sociologia na Educação Escolar Brasileira. Sendo assim, vale lembrar que em 1997, o Deputado Federal Padre Roque apresentou um projeto no sentido de solucionar a ambiguidade da redação da LDB (1996) (Brasil, 1996), pontuando com clareza a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Paradoxalmente o sociólogo, então, Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil por dois mandatos, de 1995 a 1998 e 1999 a 2002, vetou o projeto em 2001, tendo como justificativa maior a necessidade de criação de cargos para contratação de profissionais de tais disciplinas (Wieczorkiewicz, 2022).

A obrigatoriedade da disciplina em todas as séries do Ensino Médio das Escolas Públicas e Privadas brasileiras acontece apenas no ano de 2008, quando é decretada e aprovada a Lei n.º 11.684 (Brasil, 2008) que altera o Artigo 36 da Lei n.º 9.334/1996 (LDB) (Brasil, 1996). Essa conquista tem reflexos variados que vão desde a reformulação curricular ao incremento na formação inicial de professores (as) de Sociologia, na formação continuada, no surgimento de entidades e grupos de pesquisa sobre o ensino de Sociologia, tratando-se então, de um período fértil para o campo das Ciências Sociais (Wieczorkiewicz, 2022).

A disciplina de Sociologia, em 2017, sofre, com a Reforma do Ensino Médio – com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC) (Brasil, 2018), em dezembro de 2018 – um novo revés ao ter sua obrigatoriedade novamente dispensada. A partir dessa mudança foram instituídos itinerários formativos e as disciplinas foram divididas em áreas de conhecimento, são elas: matemática; linguagens; ciências da natureza; ciências humanas; e a formação técnica e profissional (Oliveira *et al.*, 2023).

Fica claro, diante desse cenário de incertezas e desvalorização da disciplina, que a Sociologia ainda que tenha seus conteúdos mantidos nos itinerários ou incentivados de forma transversal no currículo, tem perdido espaço no ambiente escolar, o que leva ao empobrecimento das discussões sobre a complexidade do real, à precarização do trabalho docente e à desvalorização do conhecimento científico no currículo escolar.

Desta maneira, assim como acontece com todas as temáticas presentes no currículo de Sociologia, perdem com isso a luta antirracista, a diversidade, a circulação de outros discursos científicos. É diante desse pano de fundo que surgem nossas análises e nossa proposta para um ensino de Sociologia antirracista.

Nessa esteira, cabe ressaltar que no ano de 2024, a disciplina de Sociologia está presente apenas em duas aulas por semana na 2.ª série do Ensino Médio, tendo seus conteúdos diluídos de forma arbitrária em itinerários formativos, como por exemplo, nas disciplinas de Oratória e Liderança. É certo que tal achatamento, que no período noturno ainda é mais grave, pois uma das duas aulas acontece de maneira virtual, em uma modalidade chamada expansão e em horário inviável para o acesso dos(as) estudantes deste período.

Para o ano de 2025, estão previstas mudanças baseadas na aprovação da Reforma do Novo Ensino Médio, que aconteceu com a aprovação do PL 5.230/23

(Brasil, 2023), em junho de 2024. Prova da incerteza do cenário é a exclusão da nomeação de professores(as) de Filosofia e Sociologia no concurso para professores no estado de São Paulo no corrente ano, com a justificativa de que as vagas passam por um processo de redimensionamento, pois não há certeza em relação à carga horária dessas disciplinas.

4.3 Análise de Documentos Oficiais orientadores da Educação Básica e do Ensino de Sociologia

Os traços característicos desse momento da pesquisa, são aqueles historicamente discutidos nas Ciências Sociais, ou seja, sobre a possibilidade de objetividade em tal esforço e sobre uma pretensa neutralidade no fazer científico. Nessa esteira, nos associamos a uma ideia científica oposta àquela apresentada por Augusto Comte (1798-1857)⁸, que se tratava de um método positivista aplicado aos fenômenos sociais, ou seja, os fatos seriam interpretados da realidade com total separação entre sujeito e objeto de pesquisa (Nascimento *et al.* 2017).

Referenciada em Marx e Engels, Nascimento *et al.* (2017, p. 3) apresenta de forma precisa a questão do mito da neutralidade científica, ideia com a qual concordamos:

Por isso, se o conhecimento é humano, não há produção de conhecimento isolada da organização social estabelecida pelas relações de trabalho. Assim, os critérios de verdade serão relativos aos interesses aos interesses hegemônicos daqueles que fazem ciência. Seguindo este raciocínio, a verdade estaria associada à sua utilidade para a transformação ou manutenção da ordem social estabelecida: para a classe dominante, verdadeiro seria o conhecimento capaz de manter o estado das coisas, para a classe revolucionária, verdadeiro seria o conhecimento capaz de transformá-lo – ou seja, não há possibilidade de neutralidade na ciência. A verdade é construção de valor relativo, é histórica e depende da disputa de forças entre as classes sociais que produzem o conhecimento em determinado tempo e espaço.

Para fins de análise, selecionamos alguns documentos oficiais orientadores relacionados à Educação Básica e ao ensino de Sociologia, os quais listamos a seguir: Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/2018); Diretrizes Curriculares de Sociologia (São Paulo, 2024) e o Material Didático de Sociologia – tema “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo” - da 2.ª Série do Ensino Médio

⁸ Filósofo francês. Fundador do Positivismo. Sua obra mais importante, “Curso de Filosofia Positiva”, foi publicada em seis volumes, entre 1830 e 1842.

(São Paulo, 2024).

O conjunto de documentos citados trata-se de um recorte documental baseado em hierarquia, relevância - percebida na recorrência em que aparecem como referência em outros trabalhos sobre o tema – e na vivência experimentada no cotidiano das salas de aula.

Importante ressaltar que foram criadas nove categorias de análise – com base no que apresenta Bardin, abordado na seção “Metodologia” - baseadas nas leituras prévias que foram realizadas para execução desse trabalho e no entendimento de quais expressões poderiam ter relevância de apuração, de presença ou ausência nos textos selecionados. Acreditamos que, em um campo de estudo cada vez mais polifônico, certamente outras poderiam ter sido incluídas, porém entendemos que para uma análise inicial, tais categorias cumprem o seu papel na tarefa de qualificar e adensar o trabalho analítico dos documentos e dos discursos neles contidos.

Passamos, agora à explicação e descrição do processo de construção da Tabela 1- Análise Documental - Documentos Oficiais Orientadores. Em um primeiro momento, estruturalmente, como já anunciado, a tabela conta com três colunas referentes aos documentos educacionais analisados e com nove linhas relacionadas às categorias de análise escolhidas para a reflexão.

A segunda etapa foi a de busca pela frequência das categorias nos textos dos documentos analisados, que se apresentam em ordem crescente em relação ao ano de publicação e têm indicados a quantidade total de páginas para fins de referência proporcional.

Os números que aparecem em preto são dados com características apenas quantitativas, lembrando que foram incluídas as categorias contidas em títulos, subtítulos, referências, texto e notas de rodapé. Não incluímos, quando se apresentaram na totalidade do texto, como forma de identificação visual.

Já os que aparecem entre parênteses, passaram por uma análise qualitativa baseada no que Bardin (2020) chama de unidades de contexto. Elegemos, então, as seguintes unidades para guiarem nosso processo de corte qualitativo das referências encontradas.

- a) Categoria estruturante: trata-se palavras que traduzem o mérito da discussão em um contexto conceitual.
- b) Categoria secundária: são palavras sem relevância, repetidas, que apresentam

superficialidade temática, não merecendo destaque.

As categorias filtradas entre parênteses, então, serão as que se encaixam nas características descritas na letra “a”, mesmo que apareça de maneira repetida (quando em um mesmo contexto, não foram contabilizadas).

Vejamos o Quadro 3:

Quadro 3 – Análise Documental – Documentos Oficiais da Educação Básica e do Ensino de Sociologia

CATEGORIAS	DOCUMENTOS		
	BNCCEM – 2018 (150 fls.)	Diretrizes Curriculares de Sociologia – 2024 (7 fls.)	Material Didático de Sociologia – tema “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo” - da 2.ª Série do Ensino Médio – 2024 (21 fls.)
Raça(s)	1 (1)	1 (0)	15 (4)
Racismo(s)	1 (0)	2 (0)	28 (5)
Preconceito(s)	18 (8)	1 (0)	12 (1)
Discriminação(ões)	4 (3)	1 (0)	12 (0)
Mulher (es)	1 (0)	0 (0)	0 (0)
Antirracismo(ta) Anti-racismo(ta)	0 (0)	1 (0)	0 (0)
Relação(ões) étnico- raciais	3 (1)	0 (0)	6 (2)
Lei n.º 10.639/2003	2 (0)	0 (0)	0 (0)
Branquitude	0 (0)	0 (0)	0 (0)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Agora, passaremos ao momento qualitativo da pesquisa, a análise de conteúdo baseada no resultado da pesquisa das categorias de análise e a frequência e profundidade que os termos apareceram nos documentos oficiais orientadores que constam na Tabela 1, ou seja, os números destacados entre parênteses na tabela.

Importante ressaltar que no caso da categoria “mulheres”, esse “filtro” foi aplicado buscando-se a expressão “mulheres negras” como subcategoria, atingindo, então, a segunda numeração quando esta não era zero.

Sobre a natureza dos estudos de análises de conteúdos, Bardin sublinha o conceito de inferência, vejamos:

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os <<documentos>> que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. (...) O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo (2020, p. 41).

Sem esquecer os limites já apresentados, tomamos o máximo de cuidado ao nos dedicarmos no desafio dessas análises, vejamos o que diz Bardin sobre o papel do(a) pesquisador(a) que arrisca e compromete-se a tal empreitada:

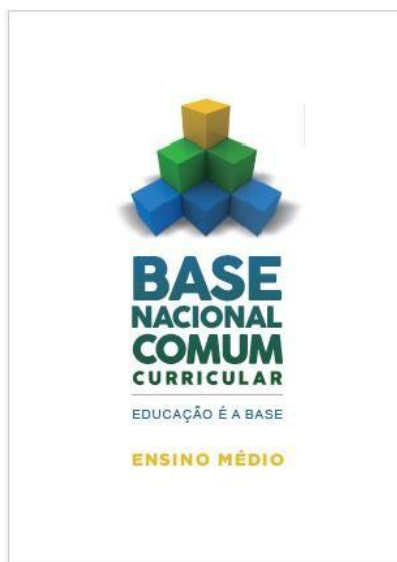
[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura <<à letra>>, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano (2020, p. 43).

Outra dimensão que buscamos preservar neste processo de pesquisa e análise é chamada de condições de produção, ou seja, não só o estudo da língua ou linguagem em si, mas o cuidado com o contexto em que foram escritos os textos e como essas informações podem servir para adensar as inferências produzidas por nossas análises (Bardin, 2020).

Para fins metodológicos e de fluência textual, faremos a análise de cada documento, e de algumas categorias, separadamente. Seguem os documentos com a imagem de suas capas.

4.3.1 Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCCEM)

Figura 4 – Capa – Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio (BNCCEM)



Fonte: Brasil (2018).

O primeiro documento analisado, a Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio (BNCCEM), de 2018, tem caráter normativo e define aprendizagens essenciais a todos(as) os(as) estudantes da Educação Básica do território brasileiro. Com sua implementação, vivenciamos, concomitantemente, a reforma do Ensino Médio, conhecido como Novo Ensino Médio (NEM).

Estes dois marcos legais e históricos na educação escolar brasileira têm sido alvos de duras e profundas críticas por parte daqueles(as) que se debruçam a refletir sobre a qualidade das diretrizes educacionais, o empobrecimento dos currículos, a homogeneização dos sujeitos, o caráter empresarial e mercadológico que vem sendo percebido na área da educação, a precarização das relações de trabalho, o esvaziamento científico dos conteúdos e a má formação inicial e continuada dos professores etc.

Prova disso são os resultados precários referentes às categorias de análise proposta neste trabalho, levando em consideração a relevância de tal documento na vida escolar de milhares de estudantes e profissionais.

Foram analisadas 150 páginas do documento em questão, nas quais as categorias raça, racismo, mulher, antirracismo, relações étnico-raciais, Lei 10.639/03 e branquitude foram encontradas uma ou nenhuma vez, o que denota evidente

ausência de abordagem sobre a temática do racismo e duas dimensões no material que é a base curricular de todo o país.

A seção que trata das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, nitidamente opta por não utilizar a expressão “racismo” em nenhuma das 31 habilidades propostas para serem desenvolvidas pelos professores com os estudantes. O mais próximo que encontramos, de forma muito genérica, foi a expressão “problematizar formas de preconceito e desigualdade”.

4.3.2 Diretrizes Curriculares de Sociologia

Figura 5 – Capa – Diretrizes Curriculares de Sociologia



Fonte: São Paulo (2024).

Infelizmente, nas Diretrizes Curriculares de Sociologia para o ano de 2024, no Estado de São Paulo, documento este concebido em sete páginas, não encontramos nenhum apontamento de nenhuma de nossas categorias de análise. As explicações para este cenário preocupante podem encontrar sentido na baixa qualidade de documentos que serviriam de base para sua construção, bem como o achatamento sofrido pela disciplina no ano de 2024, que só esteve presente na 2.^a série do Ensino Médio.

No tópico “conteúdos” do documento em questão, o racismo é citado em “O significado de matizes conceituais como etnocentrismo e racismo e seus desdobramentos sobre as sociedades” e em “Desnaturalização das Formas de

Desigualdade, Preconceito, Intolerância e Discriminação”. Duas obras relacionadas ao tema são citadas na bibliografia das Diretrizes Curriculares Paulistas para Sociologia em 2024, a primeira é “Racismo e Antirracismo no Brasil”, de Sérgio Guimarães e a segunda é “Raça e diversidade”, organizado por Lilia Schwarcz e Renato Queiroz.

Ao compararmos com a estranha abstenção da BNCCEM em citar e discutir o tema do racismo, o documento paulista apresenta um avanço, mesmo que ainda incipiente e que não reflita a complexidade e a diversidade polifônica e de sentidos que este universo apresenta e exige.

4.3.3 Material Didático de Sociologia – tema “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo” - da 2.^a Série do Ensino Médio – 2024

Figura 6 – Capa – Material Didático de Sociologia



Fonte: São Paulo (2024).

Por último, passamos à análise do Material Didático de Sociologia, que é trabalhado no 1.º semestre, na aula 6, intitulada “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo”. Antes de empreendermos na crítica, é importante lembrar que esse material vem em formato de slides prontos, disponibilizados para os(as) professores(as) no centro de mídias do Estado de São Paulo. No caso desta aula em específico, são 21 slides, que podem ser editados, havendo uma forte indicação por parte do estado que o conteúdo seja trabalhado em duas aulas de 45 minutos.

Em relação às categorias de análise que criamos para uma análise de conteúdo, os slides apontaram 4 vezes a categoria “raça” e “racismo” em 5 oportunidades.

Diante da fragilidade e superficialidade do material citado, estas citações

categóricas perdem relevância, se concordarmos que o contexto e a integridade do material deve ser levada em consideração.

Na seção 6, faremos um exercício de relação entre as fragilidades destes slides sobre racismo nas aulas de Sociologia e o objeto de aprendizagem proposto neste trabalho, que é o Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”, demonstrando lacunas e potencialidades de trabalho.

5 CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Logo no início do presente capítulo, no qual o diálogo com o pensamento social construído por mulheres negras brasileiras se fará presente, é essencial que o lugar de onde falo seja novamente pontuado.

Para isso, tomamos emprestado um excerto de Schucmam (2020, p. 25):

A primeira proposição – de identificação com as vítimas do racismo – é muito mais simples de tornar consciente, pois o argumento racional, de que sou um psicóloga social que se preocupa com a luta contra a opressão e subalternização das populações oprimidas por uma sociedade que privilegia uns em detrimento de outros, basta para colocar-me dentre aqueles que se engajam na luta antirracista e por uma sociedade mais igualitária. No entanto, hoje, para se realizar uma pesquisa na área da psicologia social crítica é condição *sine qua non* que o investigador saiba o lugar social e subjetivo de onde age, fala, observa e escreve. Assim, sendo eu mulher, branca, paulista de classe média e descendente de imigrantes judeus, é deste lugar que eu falo.

Sendo assim, reafirmo o lugar de onde reflito e escrevo este trabalho, lugar de um homem branco, hétero, cisgênero, descendente de italianos e de classe média. Tenho consciência que esses marcadores sociais definiram e definem situações do meu cotidiano e me colocam, principalmente, em posições de privilégio dentro das diversas relações sociais em que transito. É com este cuidado e reconhecendo os limites da minha análise, que me propus a esse desafio como ser humano, como discente de pós-graduação de uma universidade pública e como professor da Educação Básica do Estado de São Paulo.

Faz-se imperioso trazer a colaboração do pesquisador Cardoso (2020, p. 19), que tem se dedicado à branquitude acadêmica e à questão do pesquisador branco que tem o negro como objeto de estudo:

De minha parte, considero válido o branco antirracista, especialmente o estudioso da branquitude, viver o conflito da vantagem/privilégio racial que não concorda. Sem plano de solução *a priori*, sem mapas de fuga, sem o final feliz. Isto é, quando constato o horror que sou, de imediato apresento plano para não ser. O conflito pode ser importante, não necessariamente o branco necessita caminhar apressadamente em busca da volta de sua paz. A paz que existia quando optava por ignorar completamente o conflito racial. À medida que o branco pesquisador da branquitude, assim como o negro pesquisador apresentam a crítica e logo em seguida a solução, nossa tendência é considerar que a solução apresentada é única ou a melhor possível. E deixam de viver o processo doloroso que, na minha hipótese, porém, também pode ser pedagógica, processo que pode ser a dor da humanização.

Nesta seção, nossa proposta é enriquecer o debate sobre o racismo no Brasil com diferentes contribuições de autoras que se dedicam a essa temática, com olhar especial para os trabalhos de algumas mulheres negras do Pensamento social brasileiro.

Valeremo-nos do aporte teórico de cinco autoras negras do pensamento social brasileiro, autoras estas que também figuram no Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” que é objeto de aprendizagem deste trabalho. Combinadas com escritos de outras autoras dedicadas ao tema, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento, Cida Bento e Lélia Gonzalez servirão de evidência de que esse grupo minorizado produz, há bastante tempo, reflexões relevantes sobre o assunto e que podem cada vez mais protagonizar as discussões sobre relações étnico-raciais nos currículos de Sociologia no ensino médio brasileiro.

Empreendemos em um esforço metodológico para que a Pedagogia Histórico-Crítica, que será apresentada na próxima seção, e o pensamento destas autoras pudessem coexistir em um trabalho que preza pela valorização do saber historicamente sistematizado, propondo assim, a circulação e a valorização destes discursos sobre a realidade concreta nos currículos de Sociologia.

As discussões que serão apresentadas objetivam demonstrar a contribuição das intelectuais, com ênfase ao questionamento ao apagamento a qual as mulheres negras vêm sendo submetidas ao longo do tempo na sociedade brasileira como um todo (na academia, na mídia, no currículo, nos espaços de poder etc.) e às suas visões sobre conceitos importantes para o entendimento e a superação do racismo na escola e na sociedade como um todo.

Após analisarmos cada documento oficial orientador, na seção anterior, tendo percebido a ausência de frequência do termo branquitude em todos eles, entendemos por bem reservar um espaço para problematizar essa ausência.

Nas leituras realizadas com o aporte teórico para a realização dessa pesquisa e do objeto de aprendizagem, percebemos o quão caro é o conceito de branquitude para vários(as) estudiosos(as) - Schucman⁹, Moura¹⁰, Ramos¹¹, Fanon¹², Santos¹³,

⁹ Lia Vainer Schucman. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo, 2020.

¹⁰ Clóvis Moura. Sociologia do negro brasileiro, 2019.

¹¹ Guerreiro Ramos. Negro sou, 2023.

¹² Frantz Fanon. Pele negra, máscaras brancas, 2008.

¹³ Ynaê Lopes dos Santos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país, 2022.

Souza¹⁴, Ribeiro¹⁵, Akotirene¹⁶, Gonzalez¹⁷, Bento¹⁸ e Cardoso¹⁹ - dedicados(as) ao tema do racismo e suas formas de superação.

Cida Bento pode nos auxiliar a desvendar as razões destas ausências, vejamos este trecho:

Assim, relembrar trechos da história da violência na construção da herança que sustenta e perpetua a supremacia branca pode auxiliar a compreender os abismos econômicos e sociais entre as populações negra, branca e indígena no Brasil, que inviabiliza a democracia ao consolidar um sistema que perpetua a geração de bônus para uns e ônus para outros. [...] Os pactos narcísicos exigem a cumplicidade silenciosa do conjunto dos membros do grupo racial dominante e que sejam apagados e esquecidos os atos anti-humanitários que seus antepassados praticaram (2022, p. 120).

Parece que o resultado apresentado na categoria branquitude é justamente fruto desse conceito em ação na vida cotidiana das pessoas. Os espaços de poder estão carregados de branquitude a tal ponto que a palavra branquitude não é citada em nenhum documento educacional orientador nacional ou estadual.

Nesse sentido, vale citar a epígrafe do artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (original de 1984), de Lélia Gonzalez²⁰ (Gonzales, 2020, p. 75), intitulado “Cumé que a gente fica?”

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até para sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. [...] Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um

¹⁴ Neusa Santos Souza. Tornar-se negro, 2021.

¹⁵ Djamila Ribeiro. Quem tem medo do feminismo negro?, 2018.

¹⁶ Carla Akotirene. Interseccionalidade, 2023.

¹⁷ Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Lugar de negro, 2022.

¹⁸ Cida Bento. O pacto da branquitude, 2022.

¹⁹ Lourenço Cardoso. Branquitude a crítica e crítica> a supremacia racial e o branco antirracista, 2010.

²⁰ Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte MG, em 1.º de fevereiro de 1935. Tinha 59 anos quando faleceu, em 10 de julho de 1994, no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Nas escolas e nas faculdades (graduou-se em História, Geografia e Filosofia, e obteve o título de Doutora em Antropologia) era reconhecida pela dedicação e inteligência. Como educadora, Lélia lecionou em muitas escolas de nível médio, em faculdades e universidades. Lélia era uma assumida mulher negra: “Essa questão do branqueamento bateu forte em mim e eu sei que bate muito forte em muitos negros também. Na militância, Lélia participou da criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), em nível nacional, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras-RJ, do Olodum-BA, dentre outros. Depois de sua morte, muitos grupos apareceram no País, lançando seu nome, em homenagem. O Movimento Negro tem montado o Quilombo Lélia Gonzalez e Milton Santos nos vários encontros do Fórum Social Mundial. São muitas as referências que continuam sendo feitas à Lélia Gonzalez, em nível internacional, e inúmeras as homenagens que recebe em nível nacional.

espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa.

Ynaê dos Santos (2022, p. 16) escreveu sobre a importância da produção intelectual negra:

No Brasil, temos - ainda bem? - uma produção vasta e importante de cientistas sociais e historiadores que examinam as mazelas do racismo, focando principalmente na experiência negra. São estudos fundamentais para a denúncia da existência do racismo, a revelação do seu caráter estrutural e o exame das inúmeras violências que nos acometem diariamente e ao longo de toda a nossa história. Não por acaso, um bom número desses estudiosos é de intelectuais negros e negras que, a despeito da lógica perversa do racismo brasileiro, conseguiram de alguma forma furar a bolha e se fazer ouvir.

Vivemos um momento histórico extremamente polarizado e negacionista, porém o compromisso de pensar/disputar o currículo se faz ainda mais necessário.

A escola carrega no seu cotidiano e no fazer docente de seus(uas) profissionais os limites e contradições apresentados em qualquer outra área da sociedade. Nesse sentido, Gomes (2005, p. 147) corrobora com alguns questionamentos:

Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano. Porém, não é contraditório que tantos educadores concordem com essa afirmação e, ao mesmo tempo, neguem o papel da escola no trato com a diversidade étnico-racial? Como podemos pensar a escola brasileira, principalmente a pública, descoladas das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social deste país? E como podemos pensar as relações raciais fora do conjunto das relações sociais?

Faz-se necessário ao mesmo tempo em que empreendemos nossas reflexões para a capacidade da educação e da escola de revisarem suas práticas gerais, lembrar que nem a educação e nem a escola por si só encontram capacidade para modificar substancialmente a realidade, mesmo que sem a existência das duas nem um mísero passo seria possível.

Os desafios enfrentados para a concretização de uma educação antirracista, em que se fazem necessárias abordagens pedagógicas que apresentem posturas diferentes em relação aos conteúdos e formas de construir o conhecimento, pertencem a um contexto extremamente complexo, como explica Gomes²¹ (2020, p.

²¹ Nilma Lino Gomes (Belo Horizonte, Minas Gerais, 1961). Pedagoga, gestora, escritora, intelectual. Tem a trajetória marcada pelo pioneirismo de ser a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal: em 2013, é nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional

225):

Não bastam apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar a mente, a política, a cultura, os currículos e o conhecimento. Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão; nas estruturas acadêmicas; na cultura; na gestão da educação, da saúde e da justiça: ou seja, a descolonização, para ser concretizada, precisa alcançar não somente o campo da produção do conhecimento, como também as estruturas sociais e de poder.

Após as contribuições da Professora Nilma Lino Gomes, que chamou atenção para as contradições encontradas no cotidiano escolar e os desafios que daí emergem para a concretização de uma educação antirracista, passamos agora para a caracterização de outro conceito central para o nosso trabalho, que objetiva indicar possibilidades de um currículo antirracista para a Sociologia.

Ao combinar o racismo estrutural e branquitude, Cida Bento²² (2022, p. 18) nos faz refletir:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”.

Historicamente, o branqueamento foi visto como aspecto impeditivo de mobilidade social de negros(as) e indígenas no Brasil. Era visto como um mecanismo

da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), localizada na cidade de Redenção, Ceará. Entre sua vasta produção intelectual, destaca-se sua tese de doutorado em Antropologia, orientada por Kabengele Munanga (1940). Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Lançado como livro em 2006, a obra discorre sobre o cabelo não apenas como parte do corpo individual e biológico, mas também como corpo social e linguagem, como veículo de expressão e símbolo de resistência da cultura afro-brasileira. A numerosa produção acadêmica da autora coloca em pauta reflexões teóricas sobre relações raciais, formação de professores, diversidade étnico-racial e movimentos sociais. A pedagoga exerce também a ação política como parte de seu compromisso político-epistemológico de produzir ciência com o foco na emancipação social, preservando o vínculo contínuo entre educação básica e movimentos sociais.

²² Maria Aparecida da Silva Bento (São Paulo, São Paulo, 1952). Ativista, psicóloga. Nasce em 1952, na zona norte de São Paulo. Doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), é uma das mais relevantes intelectuais e ativistas do movimento negro brasileiro contemporâneo. Pesquisadora das relações entre raça, racismo e psicologia, ela se torna referência obrigatória nos estudos sobre branquitude no Brasil. Como ativista, participa das principais manifestações e campanhas de igualdade racial no país. Sua produção intelectual no debate público e na imprensa brasileira é fundamental para compreender e pensar a superação das desigualdades econômicas e raciais, já que dois pilares do desenvolvimento social são objeto de sua atuação e reflexão: a educação e o trabalho.

ideológico que causava distorções no presente e no passado e desconsiderava os extratos sociais mais pobres como formadores da civilização brasileira (Nascimento, 2022).

A definição do termo raça não é ponto pacífico nas Ciências Sociais, portanto, sem a pretensão de esgotar as discussões, trazemos algumas colaborações:

A psiquiatra Neusa Santos Souza, em seu clássico “Tornar-se Negro” (2021, p. 48), aborda o conceito da seguinte forma:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interações com o branco, e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. Convém explicitar que raça aqui é entendida como noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classe. [...] Na ordem social escravocrata, a representação do negro como socialmente inferior correspondia a uma questão de fato.

No século IX, impulsionados pela onda iluminista, muitos(as) cientistas sustentaram a ideia de que a humanidade estava dividida em raças e que elas não teriam o mesmo grau de desenvolvimento. Essa subsciência ficou conhecida como racismo científico, que buscava através de experimentos, sem rigor científico, comprovar a superioridade ou inferioridade de grupos humanos. O resultado da propagação dessas ideias é desastroso e seus efeitos são sentidos até hoje (Santos, 2022).

A seguir, traremos outras colaborações teóricas destas autoras negras brasileiras no que diz respeito às diferentes formas de trabalhar com os conceitos que orbitam a temática do racismo, sejam eles relacionados às mulheres, ao mito da democracia racial, à educação antirracista, ao movimento negro ou à interseccionalidade.

Achamos por bem valorizarmos a linguagem das autoras neste capítulo, daí a escolha por mais citações diretas nesta seção. Vejamos uma passagem da antropóloga Lélia Gonzalez (2020, p. 75) sobre o racismo brasileiro:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? [...] Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de

ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelado. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. [...] Nem parece preto.

Notamos a riqueza analítica e o caráter atemporal das reflexões de Gonzalez realizadas ainda nos anos oitenta do séc. XX. Na curta passagem transcrita acima, ela transita sobre os estereótipos reservados aos negros e o espaço subalterno a que estão destinados na sociedade, ao mesmo tempo em que chama atenção para uma sociedade que nega a existência do racismo e enaltece o discurso da meritocracia.

A historiadora Beatriz Nascimento²³ (2021, p. 40), morta prematuramente em 1995, trouxe contribuições carregadas de originalidade e insurgência para o campo das discussões raciais no Brasil. A superação do mito da democracia racial era um de seus compromissos enquanto intelectual e ativista, conforme trecho a seguir:

As relações inter-raciais no Brasil são amenas, se considerarmos o comportamento aparente dessas relações entre todas as raças e povos que aqui vivem. Sabemos, no entanto, que com o preto elas tomam um aspecto diferente. [...] De tal forma o preconceito racial contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil que ele existe latente e muitas vezes vem à tona nas relações entre nós mesmos.
A democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro inexistente.

Nascimento (2021, p. 41) denuncia a inércia da intelectualidade brasileira da época em relação à produção de narrativas sérias sobre a questão racial:

A representação que se faz de nós na literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina no período colonial. O aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça.
O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusa-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abomina

²³ Negra, migrante, nordestina e mulher, a historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995) foi uma das principais intelectuais do país, com contribuições fundamentais para entender a identidade negra como instrumento de autoafirmação racial, intelectual e existencial. Ela desenvolveu pesquisas sobre o que denominou de “sistemas sociais alternativos organizados por pessoas negras”, investigando dos quilombos às favelas. Beatriz ingressou no curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 1968, concluindo a graduação em 1971, aos 29 anos de idade. Sob orientação do historiador José Honório Rodrigues, ela realizou estágio de pesquisa no Arquivo Nacional e trabalhou como professora de história da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Em 1995, a historiadora é vítima de feminicídio, aos 52 anos de idade. Pelas suas importantes contribuições à pesquisa acadêmica, em outubro de 2021 é outorgado a ela o título póstumo de Doutora Honoris Causa *in Memoriam* pela UFRJ. Ao lado de Lélia Gonzalez (1935-1994), Sueli Carneiro (1950-) e Luiza Bairros (1953-2016), Beatriz figura como umas das mais importantes intelectuais negras brasileiras.

a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim, perpetua teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, cria novas teorias mistificadoras, distanciadas dessa mesma realidade.

Ao combinar uma crítica ao mito da democracia racial e a estereótipos negativos atribuídos às mulheres negras, Gonzalez (2020, p. 202) afirma:

É por aí que a gente deve entender que esse papo que a miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal.

Beatriz Nascimento (2022, p. 122) ficou conhecida pelo destaque que atribuiu ao estudo dos quilombos e ao paralelo que estabeleceu entre esses e as favelas do Rio de Janeiro:

O tema do meu trabalho é o quilombo. Na minha opinião, ao contrário do que me foi ensinado e do que ainda hoje se ensina nas escolas, o quilombo não foi uma tentativa de rebelião pura e simples contra o sistema escravocrata. Foi também uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projetam após a abolição, no século XX. Sobrevive, não na sua forma original, mas como uma tradição de vida do negro brasileiro. O fundamental é que essa é uma forma de vida do negro brasileiro em qualquer época.

No final da década de 1970, Nascimento começou os seus estudos historiográficos com a pesquisa intitulada “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas” propondo, justamente, a ideia de manutenção da lógica da primeira para a segunda formação espacial. Para fins metodológicos, Nascimento utilizou dados bibliográficos, cartográficos e etnográficos, realizando sua pesquisa no interior de Minas Gerais (Ratts, 2022).

Em seu artigo “A Mulher Negra no Brasil”, Gonzalez (2020) apresentou, na época, dados sobre o mercado de trabalho para sustentar suas reflexões que viriam acerca desse grupo social. Citamos um pequeno trecho com dados do censo de 1980 que podem encontrar mudanças na porcentagem em relação aos dias atuais, mas a construção da pirâmide se mantém praticamente intacta, 40 anos depois: “Entre aqueles que recebem mais de 10 salários mínimos a proporção é 8,5 de homens brancos, 2,4% de mulheres brancas, 1,4 de homens negros e 0,3 de mulheres negras” (2020, p. 159).

Ao analisar estes dados, Gonzalez (2020, p. 160) é contundente no papel que a educação possui para a desconstrução de determinadas visões e privilégios:

Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada numa estética racista constantemente transmitida pela mídia de massa. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica então completo. [...] Nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste, elas são também induzidas a considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males. Devem-se levar em conta os efeitos da rejeição, da vergonha e da perda de identidade às quais nossas crianças são submetidas, especialmente as meninas negras.

A pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes (2005, p. 148), escrevendo algumas décadas após Lélia Gonzalez, teoriza sobre escola e educação antirracista:

O entendimento conceitual do que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores. Porém, é necessário que na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas.

Ao criticar o papel da escola na manutenção de modelos baseados na exclusão a filósofa Sueli Carneiro²⁴ (2023, p. 99) aponta que:

[...] foi o ponto de partida para a minha reflexão sobre o papel estratégico que a escola formal vem desempenhando no Brasil, na reprodução de uma concepção de sociedade ditada pelas elites econômicas, intelectuais e políticas do país. Nessa concepção, raça e cultura são categorias estruturais que determinam hierarquias que só podem ser plenamente legitimadas se puderem – por meio da repetição sistemática e internalização de certos paradigmas (dos quais as teorias racistas são decorrentes) – instituir e naturalizar em uns uma consciência de superioridade, e em outros uma consciência de inferioridade.

²⁴ Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais.

A filósofa também é autora da obra “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” que traz uma abordagem crítica dos comportamentos humanos e apresenta os principais avanços na superação das desigualdades criadas pela prática da discriminação racial – indicadores sociais, mercado de trabalho, consciência negra, cotas, miscigenação racial no Brasil, racismo no universo infantil, obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas do país, entre outros.

Durante as discussões apresentadas nesta seção, que são apenas um pequeno recorte da potência e da profundidade das contribuições das mulheres negras para o pensamento brasileiro, foi possível nos depararmos com um a potência das obras que vêm sendo produzidas ao longo de décadas em nosso território, mais precisamente para as discussões que circundam o racismo e suas formas de superação.

6 UMA PROPOSTA AO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Nesta seção, sem a pretensão de abordar todos os apontamentos relevantes da Pedagogia Histórico-Crítica ao longo dos últimos quarenta anos, passaremos às discussões sobre alguns conceitos que parecem primordiais para este trabalho.

O objetivo principal aqui é demonstrar, a partir da metodologia da prática social proposta por Demerval Saviani²⁵, como nosso objeto de aprendizagem foi construído e aplicado, bem como os caminhos para sua replicabilidade. Como já antecipado no Capítulo 2 deste trabalho, o Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” foi experimentado em sala de aula, com o aporte teórico da PHC e as discussões que seguem pretendem dar sustentação e lógica para a escolha desta corrente pedagógica escolhida para aplicação prática do resultado do trabalho, que é o jogo da memória antirracista.

6.1 Análise do Material Digital Para o Ensino de Sociologia no Estado de São Paulo e a colaboração do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”

Não obstante uma primeira análise já realizada deste material na seção 4, neste momento apresentaremos o conteúdo de 4 slides do material didático de Sociologia de 2024 do Estado de São Paulo, intitulado “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo”, fazendo uma relação com as lacunas encontradas nos mesmo e as possibilidades e potencialidades de discussões a serem exploradas com o auxílio do objeto de aprendizagem Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”.

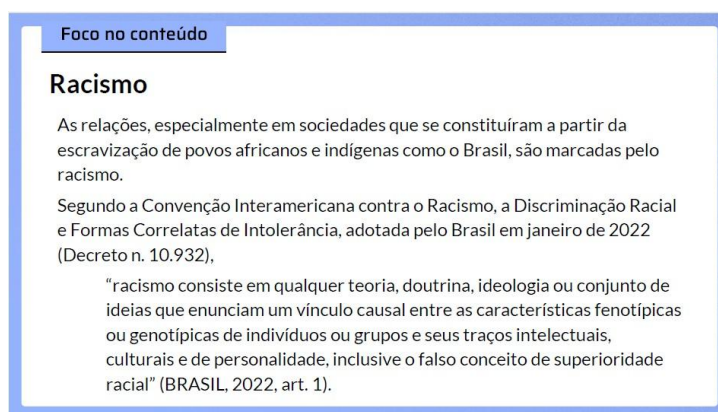
É necessário ressaltar que o conteúdo “racismo”, que oficialmente e explicitamente só é abordado na disciplina de Sociologia no primeiro bimestre da 2.^a série do Ensino Médio (única série em que a disciplina compõe o currículo atualmente em São Paulo), na qual os(as) professores(as) são incentivados a trabalhar o

²⁵ É formado em filosofia pela PUC-SP (1966), é doutor em filosofia da educação (PUC-SP, 1971) e livre-docente em história da educação (Unicamp, 1986), tendo realizado “estágio sênior” na Itália em 1994-1995. De 1967 a 1970, lecionou nos cursos colegial e normal. Desde o segundo semestre de 1966, leciona no ensino superior, tendo orientado mais de uma centena de trabalhos acadêmicos, entre projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e supervisão de estágios de pós-doutorado. Atualmente, é coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (Histedbr), iniciador e líder do Movimento de Construção Coletiva da Pedagogia Histórico-Crítica e professor titular colaborador permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp.

conteúdo em apenas duas aulas de 45 minutos, certamente estará em déficit se compararmos com a realidade concreta e com as necessidades complexas e abstratas de cada comunidade escolar. Sendo assim, os apontamentos que realizaremos a seguir, não dizem respeito somente à fragilidade do material, mas também ao tratamento dado à disciplina, à perseguição histórica e sistemática que a área e seus profissionais enfrentam há décadas no Brasil, à precarização do trabalho, o desemprego e à evidente perda de qualidade e profundidade das aulas oferecidas aos estudantes das escolas públicas.

Na Figura 7, no slide que aborda o conceito de racismo, nota-se os limites encontrados para a abordagem do tema, bem como a falta de diversidade de fontes e percepções sobre o conceito. Não encontramos autoria específica neste slide, já que são citadas passagens de documentos legais internacionais e nacionais, portanto, obviamente temos aqui a ausência de autoras negras no pensamento social brasileiro.

Figura 7 – Slide 1 – Material Didático Sociologia SP



Fonte: São Paulo (2024, p. 5).

Apresentamos abaixo uma carta do jogo, que apresenta uma frase da historiadora Beatriz Nascimento, na qual ela faz uma analogia entre a resistência construída nos quilombos e a que os corpos negros precisam exercer em vidas marcadas pelo racismo, que poderia servir de complemento ao slide apresentado acima:

Figura 8 – Carta do Jogo – Frase de Beatriz Nascimento

“Quando acabaram os
quilombos em termos
históricos, por causa da
repressão, ele vem a ser
simbologia. Aí entra o
corpo e a memória;
Quem carrega o
quilombo são os próprios
corpos negros.”



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na imagem abaixo, temos o slide que aborda o conceito de racismo estrutural, e, mais uma vez, percebemos que o material toma como referência um documento jurídico para apresentar a ideia. Além de uma breve explicação sobre o que seria racismo estrutural, o material conta com um vídeo de 5min07s como material de apoio para a abordagem do tema.

Figura 9 – Slide 2 – Material Didático Sociologia SP

Foco no conteúdo

Racismo estrutural

Do ponto de vista das Ciências Sociais, o racismo no Brasil assume, além desses aspectos, outra dimensão, definida como **estrutural**.

Entender esse conceito é perceber que o racismo não é apenas uma questão de indivíduos preconceituosos com outros de raça diferente, mas também um problema coletivo e que é normalizado dentro da estrutura social (CDH-ECA, 2022).



<https://youtu.be/la3NrSoTSXk>

Fonte: São Paulo (2024, p. 6).

Neste caso, poderíamos utilizar a carta da pesquisadora em Psicologia Cida Bento, com texto extraído de sua obra “Pacto da Branquitude”, que ajudaria nas discussões sobre o caráter complexo e estrutural da sociedade que perpetua e reproduz violências e privilégios. Vejamos:

Figura 10 – Carta do Jogo – Frase de Cida Bento



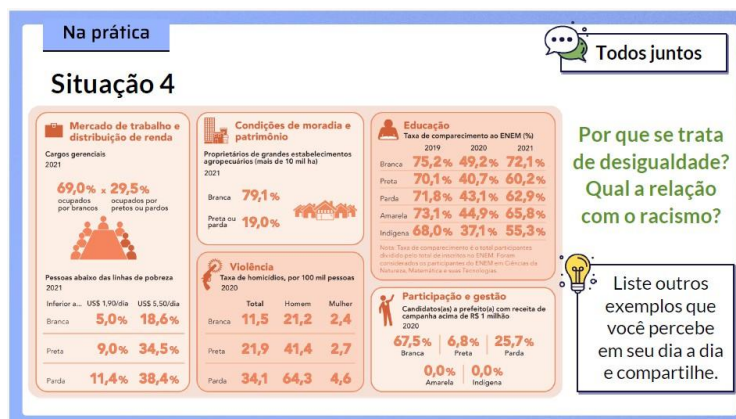
“É evidente que os
brancos não promovem
reuniões secretas às
cinco da manhã para
definir como vão manter
seus privilégios e excluir
os negros, mas é como se
assim fosse.”



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No terceiro slide do material abordado, são apresentados dados estatísticos para subsidiar as discussões sobre desigualdade e racismo. Percebemos que no canto direito inferior, há uma sugestão para que os estudantes façam uma lista de exemplos do cotidiano que exemplifiquem a existência destas distâncias e até falta de acesso aos serviços e bens básicos necessários à uma vida digna, como alimentação, moradia, educação e saúde.

Figura 11 – Slide 3 – Material Didático Sociologia SP



Fonte: São Paulo (2024, p. 11).

Aqui, trazemos a carta da grande Carolina Maria de Jesus, que narrou de forma única as mazelas do provo preto e pobre na São Paulo dos anos 1950 .À sua maneira, de forma autêntica e visceral, firmou-se como um clássico da literatura brasileira e está presente em discussões acadêmicas e cada vez mais em bibliotecas e salas de aulas pelo Brasil afora.

Figura 12 – Carta do Jogo – Frase de Carolina Maria de Jesus



“Há de existir alguém
que lendo o que eu
escrevo dirá: isto é
mentira!
Mas, as misérias são
reais.”



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por último, passamos à Figura 13, que apresenta a necessidade de manter o debate sobre o racismo sempre vivo, afirmando que é no cotidiano que a cidadania é construída e que isso não será alcançado em um ambiente de silêncio.

Figura 13 – Slide 4 – Material Didático Sociologia SP

Aplicando

Iguais na diferença

Assista ao vídeo “Racismo não se combate com silêncio”, produzido pelo Ministério Público da Bahia, e analise a imagem ao lado para refletir: *como a adoção de atitudes antirracistas no nosso dia a dia ajuda no desenvolvimento da cidadania e na concretização dos direitos humanos?*

Junte suas ideias ao texto dissertativo-argumentativo iniciado na aula passada.



https://youtu.be/5FyJ3VPqBUg

Por IGUALDADE RACIAL

Fonte: São Paulo (2024, p. 16).

O Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” tem, entre as 12 autoras apresentadas, a professora antropóloga e pedagoga Nilma Lino Gomes, referência nos estudos sobre relações étnico-raciais e educação no país, colabora com a seguinte reflexão:

Figura 14 – Carta do Jogo – Frase de Nilma Lino Gomes



“Quanto mais se nega
a existência do racismo
no Brasil, mais esse
racismo se propaga.”



Fonte: Elaborado pelo autoe (2024).

O Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” foi pensado como ferramenta ao material didático, uma estratégia lúdica para enriquecer o currículo e possibilitar novas experiências entre os envolvidos nas práticas de ensino-aprendizagem. Sendo assim, reafirmamos que o objeto de aprendizagem não pretende ser a única possibilidade pedagógica para ser utilizada por professoras(es) que são desafiadas(os) a discutir as relações étnico-raciais nas aulas de Sociologia, mas sim um complemento, um disparador de novas questões e novas narrativas sobre dimensões do tema que são apagadas pelo aligeiramento e silenciamento curricular da disciplina.

6.2 A Pedagogia Histórico-Crítica como Ferramenta da Prática Docente Crítica e Transformadora

A corrente pedagógica conhecida como Pedagogia Histórico-Crítica vem, desde os anos setenta, sendo construída coletivamente com a liderança do Professor Dr. Demerval Saviani. Tal abordagem é uma ferramenta que coloca a mudança social e a inauguração de um novo tipo de ser humano no centro do debate sobre o saber escolar.

Ao apresentar sua proposta pedagógica Saviani (2009, P. 55) a caracteriza assim:

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros.

Contrastando com o que é possível verificar na realidade escolar atual, mesmo que estas ideias tenham sido lançadas por Saviani (2021, p. 56) em 1983, percebe-se sua relâvancia:

Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

Esta teoria embasou tanto o objeto de aprendizagem, demonstrado neste capítulo, quanto a opção por apresentar o pensamento científico elaborado por mulheres negras brasileiras, em detrimento a outras formas de saberes sobre racismo que são relevantes, mas não tem espaço central na escola.

É importante frisar a concepção de educação para a Pedagogia Histórico-Crítica:

Enunciamos então, uma primeira definição de educação: a educação, enquanto comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, é promoção do homem, de parte à parte, ou seja, tanto do educando como do educador (Duarte; Saviani, 2021, p. 18).

As discussões seguirão um caminho de busca por possibilidades teórico-metodológicas comprometidas com uma educação que valorize a transmissão/construção e assimilação do saber historicamente sistematizado, bem como o conhecimento produzido por grupos sistematicamente marginalizados.

Em relação à primeira ideia, Saviani (2019, p. 142) afirma que:

Assim, os educandos permanecem na condição de agentes da prática que, pela mediação da educação, logram alterar a qualidade de sua prática tornando-a mais consistente, coerente e eficaz em relação ao objetivo de transformação da sociedade [...].

Como já abordado anteriormente, sabemos do compromisso da Pedagogia Histórico-Crítica em disponibilizar conhecimentos que possibilitem um novo caminho de saber, ou seja, aquele que tem como um antigo destino a aparência da realidade dá lugar ao que busca a essência concreta do real. Vejamos:

Quanto mais o trabalho educativo escolar disponibilizar aos alunos conhecimentos que possibilitem a eles responder tais questões de maneira não fantasiosa, não ilusória, não mistificada e não folclórica – ou seja disponibilizar aos alunos instrumentos teóricos, por meio da mediação do conhecimento científico, artístico e filosófico, de forma tal que as respostas a essas perguntas cada vez mais tenham aproximação objetiva e concreta com o próprio real, o que exige um “método” adequado para tal -, mais nós estaremos contribuindo para a formação de uma concepção de mundo baseada não na aparência dos processos sociais e naturais da realidade, mas sim na sua essencialidade concreta (Lavoura; Martins, 2017, p. 535).

O conceito de saber escolar clássico também recebe considerável atenção de Saviani (2023, p. 13):

O “clássico” não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, se constituir num critério útil para a seleção dos conteúdos dos trabalhos pedagógicos.

No caso específico da Sociologia, o caminho para efetivação das ideias apresentadas acima tem se demonstrado cada vez mais difícil no estado de São Paulo, seja pela diminuição dos períodos reservados à disciplina, pela diminuição da liberdade criativa docente, ou por um delírio cognitivo crescente que insiste em negar a ciência.

Reforçando a defesa do conhecimento científico, Duarte e Saviani (2021, p.12) lembram que:

O melhor recurso para combater as mentiras difundidas pelo obscurantistas, porém, é a generalização, por meio da educação escolar, do processo de elevação das consciências do nível do senso comum ao da consciência filosófica, fundamentada nos conhecimentos científicos e na riqueza artística.

O conceito de “clássico” é um ponto complexo e fundamental para os(as) pesquisadores(as) da Pedagogia Histórico-Crítica. Vale lembrar que este trabalho se presta à reflexão do apagamento sofrido, neste caso, por autoras negras do pensamento social brasileiro que mesmo tendo sua relevância admitida pela academia encontram dificuldades para ascender a tal *status*.

Nesse sentido, Pasqualini *in* Santos e Neto (2023, p. 8), apresenta importante reflexão sobre limitações encontradas por alguns sujeitos e obras dentro da discussão do que seria considerado “clássico”. Vejamos:

Por outro lado, e pela mesma razão, é preciso ter em conta que nem toda objetivação da cultura que revela aspectos essenciais da existência humana chegará necessariamente a consolidar-se como clássico, em vista dos obstáculos a sua veiculação social interpostos pelos interesses dominantes e precariedade de recursos de grupos sociais minoritários para promover tal difusão – **considere-se, por exemplo, o fraco desconhecimento de grandes pensadores do continente africano e sua ausência no rol de referências culturais clássicas** (grifo nosso).

Sem perder de vista o caráter transformador do fazer docente, da escolha dos conteúdos e da escola como um todo, a circulação do fazer científico sobre racismo de mulheres negras brasileiras se justifica.

Discussões sobre o currículo são, da mesma forma, importantes quando pretende-se questionar a exclusão de determinados conhecimentos, saberes e corpos dos conteúdos escolares.

Duarte (2020, p.32) aponta o obscurantismo que transforma o currículo no que ele chama de “um montão de amontoado de muita coisa escrita”, vejamos:

Qualquer tentativa de desenvolvimento de algum pensamento crítico sobre problemas sociais é acusada de “esquerdismo”, termo empregado com conotação cem por cento pejorativa, numa visão absolutamente distorcida do que seria uma sociedade democrática, já que os obscurantistas almejam a eliminação do pensamento de esquerda. Nessa linha de acusação peremptória e apriorística de “esquerdismo” dirigida a qualquer mínimo esforço de análise crítica da realidade contemporânea, estão vetadas discussões sobre as desigualdades sociais, a destruição ambiental, as crises econômicas, a exploração do trabalho, as muitas formas de preconceito e de relações sociais opressivas, etc.

Sobre a seleção de conteúdos, Saviani (2009, p. 50) entende que:

Parece-me, pois, fundamental, que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que

é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente, porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas [...]então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.

Em relação à complexidade da atividade de aprendizagem e a escolha pela Pedagogia Histórico-Crítica, Lavoura e Martins (2017, p. 534) afirmam que:

[...] Possibilita aos alunos a apropriação dos conteúdos necessários para o conhecimento da realidade (dimensão epistemológica) e, ao mesmo tempo, a apreensão dos nexos e relações que lhe permitem compreender e explicar o que essa realidade realmente é (dimensão ontológica).

Ao focar atenção para a ideia equivocada de uma falsa neutralidade do Estado e de que as relações sociais se resumem a embates de visões de mundo distintas, Malanchem *et al.* (2020, p. 1) dizem que desta forma:

[...] São ocultadas as reais determinações históricas que atuam sobre o desenvolvimento humano, na formação social da humanização da pessoa, e a efetividade da educação. Assim, tanto a sociedade quanto a educação, além de se transformarem ou serem transformadas *ad a eternum*, de um lado, carregam as marcas de classe dominante do momento e, de outro revelam as diferenças entre as condições dos lutadores.

Acreditamos, nesta escolha metodológica, pelo seu caráter transformador, e pela defesa que faz da escola laica, gratuita, pública e pelo seu compromisso com a transmissão dos conteúdos mais desenvolvidos pela humanidade, na ciência, nas artes e na filosofia.

6.3 Aplicabilidade do Objeto de Aprendizagem “Mulheres Negras Contra o Racismo”

Aula 1

Prática Social Inicial e Problemática

Aula 2

Instrumentalização

Aula 3

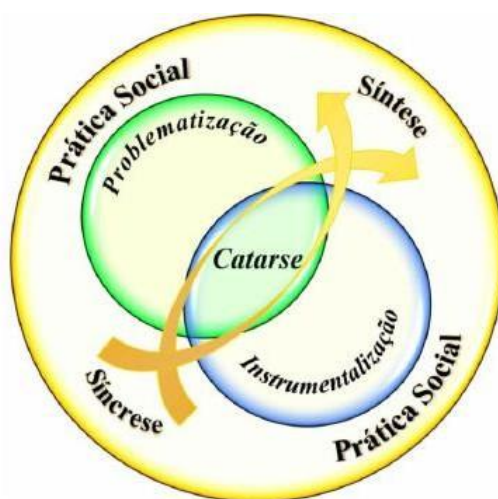
Prática com o jogo “Mulheres Negras Contra o Racismo” e Catarse

Aula 4

Catarse, Prática Social Final e Avaliação

Lembramos que por tratar-se de uma lógica dialética, esses momentos não são encarados como passos, podendo haver uma relação dinâmica entre eles. Vejamos, na imagem abaixo, a maneira como os momentos se entrelaçam, se retroalimentam e por vezes se confundem, o que faz parte da complexidade da realidade concreta.

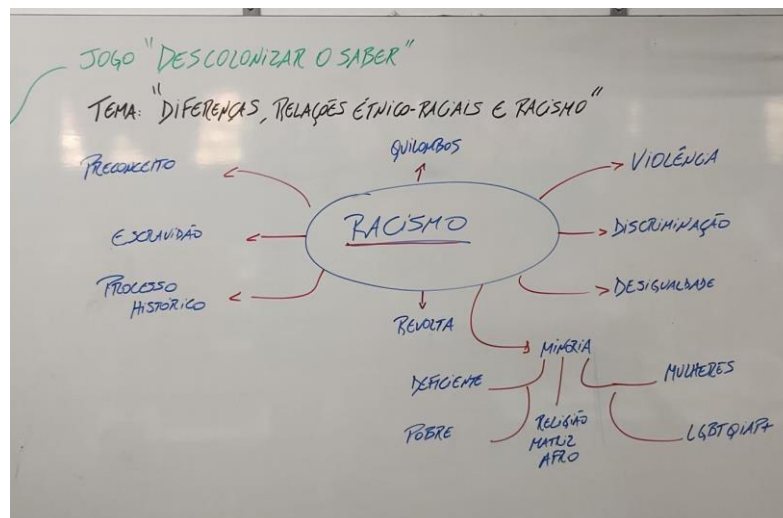
Figura 15 – Dinâmica da Mediação Educativa na Pedagogia Histórico-Crítica



Fonte: Turini e Lima (2019, p. 86).

A prática social inicial, de acordo com o método da Pedagogia Histórico- Crítica, é o momento onde serão apurados os conhecimentos prévios dos (as) estudantes em relação ao tema proposto, especialmente o racismo e suas formas de superação (Saviani, 2009).

Figura 16 – Momento da Prática Social Inicial e da Problematisação



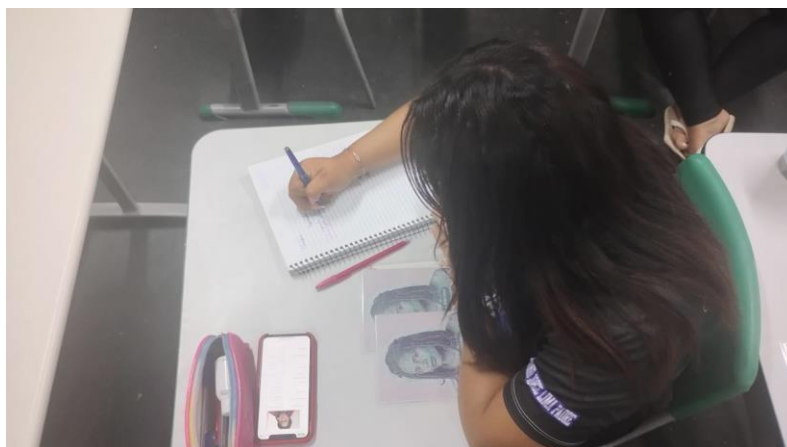
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com a mediação do professor, foi estimulado o momento da problematização (que, pelo caráter dialético da proposta, se confunde com outros momentos como o da prática social inicial ou até mesmo a instrumentalização), que é caracterizado pela identificação de questões a serem desveladas na dimensão da prática social (Saviani, 2009).

Sendo assim, levantamos questões acerca da complexidade e das diversas dimensões do tema proposto. Detectamos, dentre outras dimensões, a questão de gênero, bem como o apagamento epistemológico da ciência produzida por mulheres negras, e, com isso, apontamos caminhos para que a instrumentalização colaborasse de fato para o melhor entendimento dessas questões.

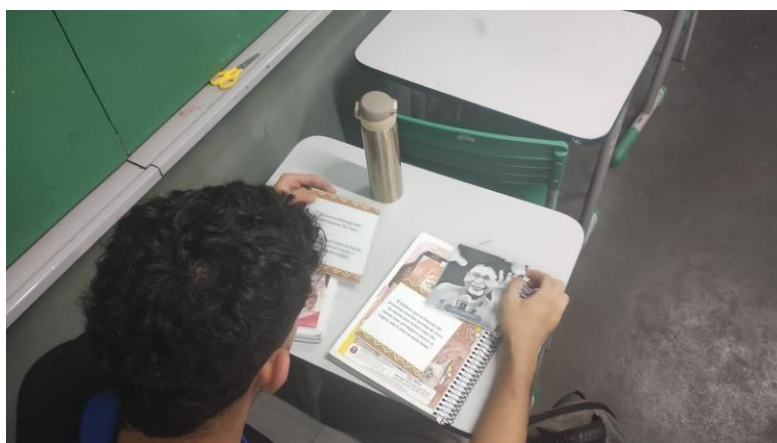
A resolução dos problemas apontados no momento anterior se dá através da instrumentalização, oportunidade em que o professor socializa teoria e prática de forma direta ou indireta (Saviani, 2009). Essa experiência ocorreu através do desenvolvimento de duas aulas, com o aporte teórico apresentado aos (às) estudantes, que no caso deste recorte, foram divididos em seis grupos e cada um deles trabalhou sobre as contribuições teóricas acerca do racismo de duas intelectuais negras brasileiras pré-selecionadas, através de aula expositivo-dialogada, contato com textos e entrevistas.

Figura 17 – Momento da Instrumentalização



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 18 – Momento da Instrumentalização



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Saviani (2009) chama o quarto momento de Catarse, ocasião em que os(as) estudantes – frisando o entedimento de suas particularidades e pontos de partida distintos - experimentam uma mudança qualitativa no seu arcabouço teórico, cognitivo e cultural, através do incremento de novas informações e conexões.

Após o contato dos grupos com o conteúdo sistematizado, mediado pelo professor, propusemos uma atividade de troca dos conhecimentos apurados, ocasião em que todos(as) tiveram a oportunidade de conhecerem doze²⁶ personalidades do

²⁶ O Jogo da Memória, objeto de aprendizagem deste trabalho, intitulado “Mulheres Negras Contra o Racismo apresenta doze autoras do pensamento social brasileiro, são elas: Beatriz Nascimento, Carla Akotirene, Carolina Maria de Jesus, Cida Bento, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Helena Theodoro, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro e Petronilha Silva.

pensamento negro social brasileiro. Na sequência, apresentamos o Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” como alternativa lúdica enriquecedora do processo de aprendizagem.

Tendo experimentado este salto qualitativo, ao combinar teoria e prática, foi possível que (as) envolvidos(as) passassem de um conhecimento sincrético para o sintético, ou seja, do caótico ao organizado.

Sobre o método apresentado, Saviani (2019, p. 75) diz:

[...] a atividade e iniciativa do aluno sem abrir mão da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

Nesse sentido, cabe trazer a relação que Lavoura; Martins (2019, p. 534) fazem entre ontologia e trabalho educativo:

Considerando que a ontologia se debruça sobre o processo de constituição e produção da realidade e tendo-se em vista que a educação, para a pedagogia histórico-crítica, é uma mediação da prática social, esta que ponto de partida e ponto de chegada do trabalho educativo, a atividade de ensino sempre se realiza concretamente por um horizonte ontológico de compreensão dessa prática social.

Para a aplicação do objeto de aprendizagem, foram respeitados os momentos do método pedagógico proposto por Saviani (2009), a saber: Prática Social, Problematização, Instrumentalização, Catarse e culminando na Prática Social (final), onde o conhecimento dos(as) estudantes passou de um estado sincrético para sintético, fruto de uma alteração qualitativa da compreensão da prática social dos(as) envolvidos(as), através de novas elaborações teórico-práticas, contemplando tanto a imagem quando a teoria sobre racismo produzida por doze autoras negras brasileiras.

6.4 Descrição do Objeto de Aprendizagem Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”

O objeto de aprendizagem, em forma de jogo da memória, objetivou valorizar o conhecimento científico e o protagonismo do discurso de pensadoras negras brasileiras; suscitar momentos de construção coletiva entre os(as) educandos(as) e

educador(a), a partir dos resultados problematizados nos primeiros momentos e colaborar para o compromisso da construção de um ambiente antirracista, tendo como guia o currículo de Sociologia.

À luz da teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, que visa garantir um ensino de qualidade às camadas populares, na qual a educação tenha importância política, assumindo a função de socialização do conhecimento historicamente sistematizado (Saviani, 2009, p. 79), o presente estudo buscou dar visibilidade à produção acadêmica brasileira, acerca das relações étnico-raciais e seus desdobramentos.

Em 2022, a intenção de pesquisar a produção científica das mulheres negras surgiu e foi bem recebida por estudantes de duas escolas estaduais, que na ocasião, colaboraram tanto na construção de um mural bibliográfico de mulheres do pensamento social negro brasileiro quanto na construção de um protótipo do que viria a ser o objeto de aprendizagem deste trabalho.

Figura 19 – Mural Bibliográfico “Mulheres Negras”



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Figura 20 – Protótipo do Objeto de Aprendizagem



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir das experiências citadas acima, as quais julgamos exitosas, partimos para a escolha das autoras que compõem o jogo e apresentamos a segunda versão no mês de novembro de 2023, em atividade alusiva ao mês da Consistência Negra em uma escola estadual de Bauru/SP.

Figura 21 – Apresentação da segunda versão do Jogo “Descolonizar o Saber”²⁷



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

²⁷ Primeiro nome dado ao jogo “Mulheres Negras Contra o Racismo”.

Figura 22 – Cartas do Jogo “Descolonizar o Saber”



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Para fins metodológicos, o projeto foi desenvolvido na prática, coletivamente, com estudantes de uma turma de Ensino Médio de uma escola estadual da cidade de Bauru. As atividades aconteceram nas aulas de Sociologia, com adolescentes de idade entre 14 e 18 anos, dentro do conteúdo programático “Diferenças, Relações Étnico-raciais e Racismo” trabalhado no 3.º bimestre de 2024.

Foi realizado um levantamento sobre a real situação da comunidade escolar em que o jogo foi aplicado, resultando nas seguintes informações: a escola conta com aproximadamente 400 estudantes, funciona nos três períodos, do 6.º ano do Ensino fundamental à 3.ª série do Ensino Médio. A escola está situada na periferia de Bauru/SP, contando com aproximadamente 45 educadores entre efetivos e temporários. Em relação à estrutura, a escola conta com uma quadra esportiva, uma sala multiuso, uma biblioteca, uma sala de informática, além de 15 salas de aula.

CARTAS DO JOGO DA MEMÓRIA “MULHERES NEGRAS CONTRA O RACISMO”

Figura 23 – Cartas de Apresentação do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – frente



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 24 – Cartas de Apresentação do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – verso



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 25 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” 1

 Beatriz Nascimento Mestra em História (1942 - 1985)	Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora, pesquisadora, ativista e poeta (1942 - 1985).	“Quando acabaram os quilombos em termos históricos, por causa da repressão, ele vem a ser simbologia. Aí entra o corpo e a memória; Quem carrega o quilombo são os próprios corpos negros.”
 Carla Akotirene Dr.ª em Estudos Feministas (1980 -)	É Doutora em Estudos Feministas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É referência nos estudos sobre interseccionalidade no feminismo.	“Feminismos brancos fracassam na tentativa de socorrer as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas.”
 Carolina Maria de Jesus Escritora e Poetisa (1914 - 1977)	Foi uma escritora, compositora, cantora e poetisa brasileira (1914 - 1977). Com estilo próprio de narrar o cotidiano, escreveu o clássico “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960).	“Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: isto é mentira! Mas, as misérias são reais.”
 Cida Bento Dr.ª em Psicologia (1952 -)	É Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).	“É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros, mas é como se assim fosse.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 26 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” 2

 Conceição Evaristo Dr.ª em Literatura e Escritora (1946 -)	É uma das mais influentes escritoras do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio. É Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).	“Me perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.”
 Lélia Gonzalez Dr.ª em Antropologia (1935 - 1994)	Foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira (1935-1994). É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no mundo.	“Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.”
 Djamila Ribeiro Mestra em Filosofia (1990 -)	É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (USP). É a autora do livro “Pequeno manual antirracista”.	“Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica.”
 Neusa Santos Souza Mestra em Psiquiatria e Escritora (1948 - 2008)	Foi uma psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira (1948 - 2008). Sua obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.	“Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo.”
 Nilma Lino Gomes Dr.ª em Antropologia (1961 -)	É pesquisadora da educação e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Paulo (USP). É referência em estudos sobre Educação Antirracista no Brasil.	“Quanto mais se nega a existência do racismo no Brasil, mais esse racismo se propaga.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 27 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” 3

 Sueli Carneiro Dr.^a em Filosofia (1950 -)	É fundadora e atual diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra. É uma filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro.	“Entre a esquerda e a direita, sei que continuo preta.”
 Helena Theodoro Dr.^a em Filosofia (1943 -)	É a primeira mulher negra a terminar um doutorado em Filosofia no Brasil. O título foi conquistado em 1985. Pesquisa sobre carnaval, samba e arte, experiências religiosas afro-brasileiras e relações raciais.	“Ao ver-se tratado de maneira impessoal, indiferente ou desvalorizada, o negro recebe uma mensagem de desconfirmação”
 Petronilha Silva Dr.^a em Educação (1942 -)	Participa da produção de conhecimento, políticas públicas e eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa. Foi relatora do Parecer que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.	“A Educação das Relações Étnico-Raciais pede compromisso com outro projeto — não o do colonizador — e esse é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos?”

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 28 – Cartas do Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo” – Baralho Impresso



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, encaminhamos às considerações finais deste trabalho resgatando sua pergunta norteadora: como o Jogo da Memória – “Mulheres Negras Contra o Racismo”, juntamente dos apontamentos propostos pela Pedagogia Histórico-Crítica podem contribuir para o enriquecimento curricular de Sociologia no Ensino Médio de São Paulo em relação à temática do racismo e suas dimensões?

A situação a ser enfrentada e transformada é o apagamento dos discursos sobre racismo, nos materiais didáticos e no currículo de Sociologia, de mulheres negras brasileiras do pensamento social. O racismo estrutural, a precarização do ensino público e o esvaziamento científico do currículo são entendidos como principais agentes de manutenção desta realidade.

Realizamos a análise de conteúdo de documentos oficiais orientadores da Educação Básica e do ensino de Sociologia e constatamos a fragilidade destes textos, que impactam diretamente na efetivação do cumprimento da Lei n.º 10.639/03. Não obstante o entendimento em relação a estes textos, sabemos que os gargalos enfrentados pela criação, manutenção e fortalecimento de ambientes escolares antirracistas, conectam-se intimamente com outras dimensões que vão desde a formação inicial de professores, falta de formação continuada, falta de investimento em aperfeiçoamento de pessoal, resistências de ordem cultural e política até a existência da negação do fenômeno “racismo” na sociedade brasileira.

Após empreendermos esforços teórico-metodológicos, que tensionaram a questão do apagamento da produção intelectual de mulheres negras brasileiras acerca do tema, também foi possível constatar o caráter excludente dos documentos que pretendem guiar profissionais no sentido da construção de práticas, ambientes e currículos comprometidos com a diversidade racial.

Em resposta aos limites epistemológicos, atitudinais e pedagógicos conhecidos anteriormente e confirmados no curso do presente trabalho, construímos um jogo da memória antirracista, intitulado “Mulheres Negras Contra o Racismo” proporcionando o contato dos educandos com a biografia e a produção científica de doze mulheres negras brasileiras do pensamento social brasileiro.

O jogo compõe uma sequência didática que respeita os momentos propostos pela Pedagogia Histórico-Crítica, possibilitando aos envolvidos no processo de

ensino-aprendizagem uma melhora qualitativa nos processos de humanização que competem à escola e ao ato educacional.

A proposta metodológica, apesar de sua simplicidade, cumpriu com o objetivo de colaborar com a disciplina de Sociologia na tarefa de enfrentar, com a complexidade e a seriedade merecidas, o desafio da construção de sujeitos e processos ativos e críticos, a violência perpetuada pelo racismo, os privilégios que colaboram para a manutenção do racismo e a soma de atitudes para a tomada de decisões conscientes que poderão construir uma realidade mais justa e igualitária.

Por fim, destacamos que a Sociologia por si só, isoladamente, possui cada vez mais um menor espaço de ação no ambiente escolar, o que é percebido pela reduzida carga horária, pela falta de profissionais com formação na área e pelo esvaziamento científico do currículo, o que demonstra a necessidade de resistência por parte desta ciência e dos docentes que a operam como ferramenta de mudança diariamente para que ela possa retomar seu rumo original, que é o de prezar pelo pensamento crítico, pela pluralidade de ideias e pela justiça social.

REFERÊNCIAS

- ANDREAZI, S. G.; SOUZA, L. A.; SILVA, M. O.; KOBAYASHI, M. C. M. Educação e ludicidade: Um olhar para novas metodologias. *In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFSP*, Conept, 2018, Araraquara. **Anais [...]**. Os dez anos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com seu atual panorama e seus desafios., 2018. v. IV. p. Disponível em: <http://ocs.ifsp>. Acesso em: 14 maio de 2024.
- ARAÚJO, L. F. A Lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar? Rio do Janeiro: **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57479>. Acesso em: 15 nov. de 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e Negros em São Paulo**. 4 ed. rev. São Paulo: Global, 2008.
- BENEDITO, B. S.; CARNEIRO, S.; PORTELLA, T. (org.). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo, Instituto Alana, 2023.
- BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 out. 2021.
- BRASIL. Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Orientações e Ações Para as Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CARDOSO, L. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e72/ 1–24, 2022. DOI: 10.5902/1984644462742. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/62742>. Acesso em: 6 out. 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DUARTE, N. “**Um montão de amontoado de muita coisa escrita**”. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Autores Associados, 2020.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

FREITAS, M. C. L.; FRANÇA, C. E. História da Sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados**, Dourados, v. 3, n. 5. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/7218>. Acesso em: 22 set. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/7218>. Acesso em: 10 de maio 2024.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. **Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 143-154, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5669850/course/section/6059970/nilma%20gomes%20-%20texto%20b%C3%A1sico.pdf>. Acesso em: 18 de março 2023.

GOMES, N. L. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 de abril 2023.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/49715>. Acesso em: 10 de set. 2023.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. (org.). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. **Interface**, Botucatu, n. 18, maio 2017. ISSN 1807-5762. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0917>. Acesso em: 24 de jul. 2024.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

MALANCHEN, J. N. da S. D. de M.; PAULINO J. O., (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade 2005, rev. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 11 de nov. 2022.

NASCIMENTO, B.; RATTS, A. (org.). **O negro visto por ele mesmo**: ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu, 2022. 240 p. ISBN 9788571260818.

NASCIMENTO, M. I. M.; TORRES, C. M. R.; KRONBAUER, G. A. Filosofia positiva e o mito da neutralidade do conhecimento. **Educere et Educare**, v. 12, n. 27, 2017. DOI: 10.17648/educare.v12i27.18143. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18143>. Acesso em: 3 out. 2024.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação básica. **Acta Scientiarum Education**, v. 35, n. 2, 2013. DOI:

10.4025/actascieduc.v35i2.20222. Disponível em:
<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v35i2.20222>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. 1965. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/conv_intern_03.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e debates. **Educação & Realidade**, v. 43, ed. 3, p. 949-967, 2018. Publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SANTOS, Y. L. dos. **Racismo brasileiro**: Uma história da formação do país. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SANTOS, V. F. D.; MESSEDER NETO, H. da S. O que queremos ensinar é mesmo clássico? Veredas para pensar a seleção de conteúdos na pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e023012, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8666647. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666647> . Acesso em: 7 out. 2024.

SÃO PAULO. **Cartilha São Paulo Contra o Racismo**. 2020. Disponível em: Acesso em: <https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/Cartilha-Sao-Paulo-contra-o-Racismo-1.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

SÃO PAULO. **Diretrizes Curriculares de Sociologia**. 2024. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/ensino-medio/materiais-de-apoio-2/>. Acesso em: 10 de abril 2024.

SÃO PAULO. **Material Didático de Sociologia** – tema “Diferenças, relações étnico-raciais e racismo” da 2ª Série do Ensino Médio. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. O conceito dialético de Mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7 n. 1, p. 26-43, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463>. Acesso em 10 de out. 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano, novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. Veneta, 2020.

SOARES, S. de J. Pesquisa Científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**. Montes Claros, v. 1, n. 3, p.168-180, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314/348>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SONAGLIO, R. G.; LUMERTZ, J.; MELO, R. C.; ROCHA, C. M. F. Promoção da saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. **J. nurs. Health**, v. 9, n. 3, e199301, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/11122>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer, **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 10 de set. 2024.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou “As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

THEODORO, M. **A Sociedade Desigual**: Racismo e branquitude na formação do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

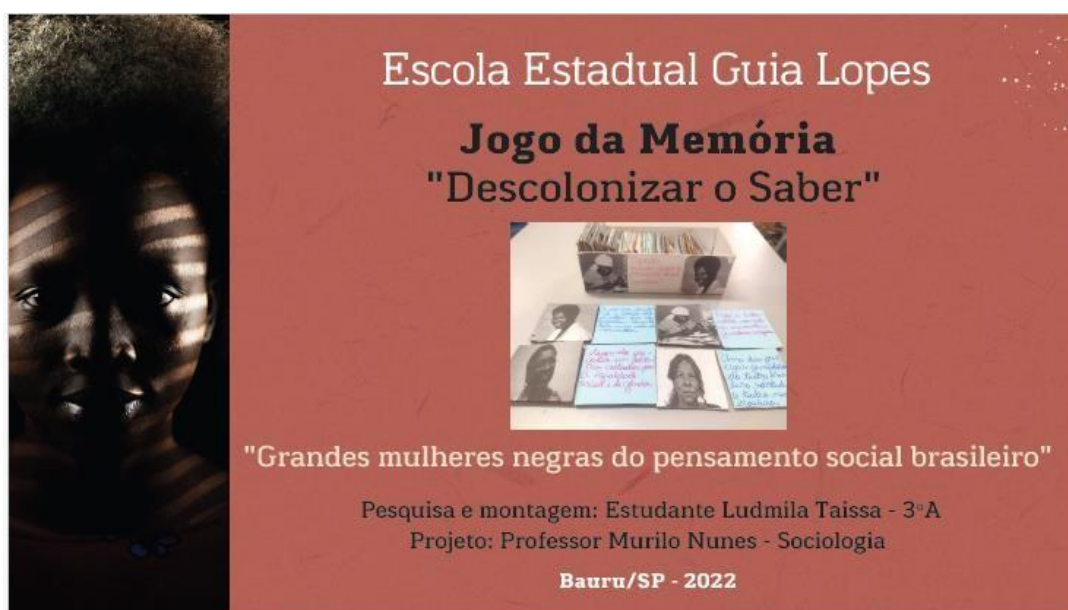
TURINI, M. H. **Ensino de Sociologia e Pedagogia Histórico-Crítica**: uma análise dos fundamentos teórico-metodológicos. Orientador: Fábio Fernandes Villela. 2019. 138f. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru - SP, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_fe91fb1c44801d41bc1abc5673f8b7d5. Acesso em: 05 jul. 2024.

WIERCZORKIEWICZ, A. K. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 29, ago. 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-Sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>. Acesso em: 03 de set. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fotos – Processo de Criação e Montagem da Primeira Versão do Jogo da Memória “Descolonizar o Saber”

Figura 1 – Capa do projeto



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Figura 2 – Caixinha do jogo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Figura 3 – Autoras escolhidas para o jogo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

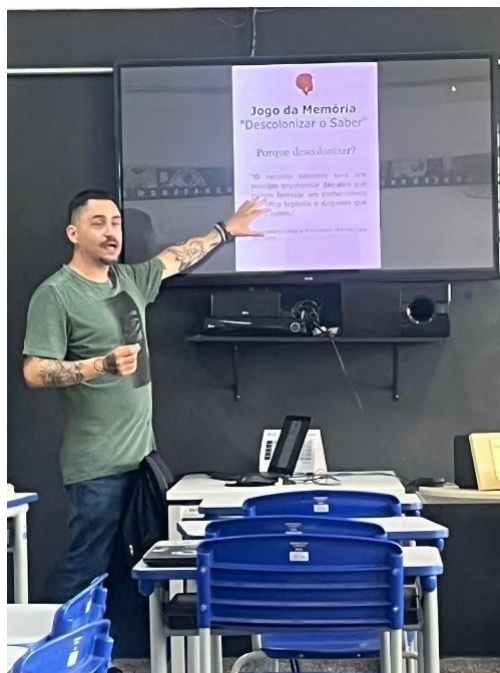
Figura 4 – Processo de pesquisa e montagem



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

APÊNDICE B – Apresentação do Projeto de Pesquisa e do Jogo em Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) em uma escola estadual de Bauru/SP

Figura 1 – Momento de apresentação



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 2 – Grupo de professores



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 3 – Apresentação de algumas obras



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 4 – Troca de vivências



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

APÊNDICE D – Gabarito do Jogo Mulheres Negras Contra o Racismo

Figura 1 – Gabarito do Jogo – 1

 Beatriz Nascimento Poesia em História (2004)	Formata em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Foi professora, pesquisadora, ativista e poeta (1942 - 1995).	"Entre a esquerda e a direita, sei que continuo preta."	Beatriz Nascimento
 Sueli Carneiro De "em História" (2004)	É brasileira e atual diretora do Catedra Mulheres Negras. É uma filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro.	"Quando acabaram os quilombos em terras históricas, por causa da repressão, ele vem a ser simbologia. Ali entra o corpo e a memória. Quem carrega o quilombo são os próprios corpos negros."	Sueli Carneiro
 Carla Akotirene De "em Estudos Feministas" (2004)	É professora de Estudos Feministas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É referência em estudos sobre interseccionalidade no Brasil.	"Pensamentos brancos fracassam na tentativa de nomear as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas."	Carla Akotirene
 Carolina Maria de Jesus Exatidão e Poesia (2004)	Foi uma escritora, compositora e poeta brasileira (1914 - 1977). Com estilo próprio de narrar o cotidiano, escreveu o clássico "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (1967).	"Há de existir alguém que leia o que eu escrevo diário, isto é: mental! Mas, as histórias são reais."	Carolina Maria de Jesus
 Cida Bento De "em História" (2004)	É Diretora de Políticas pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Centro de Estudos das Mulheres de Trabalho e Desigualdades (CEMUD).	"É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às portas da moradia para discutir como vão manter seus privilégios e manter os negros, mas é claro se estão fazendo."	Cida Bento
 Conceição Evaristo De "em História e Exatidão" (2004)	É uma das mais influentes escritoras do movimento negro brasileiro e atual presidente do Conselho Nacional de Mulheres Negras. É professora de Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFFJ).	"Me perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo com mulheres negras, com as mulheres negras."	Conceição Evaristo

Gabarito - Jogo da Memória "Mulheres Negras Contra o Racismo"

Autor: Prof. Murilo Nunes

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Figura 2 – Gabarito do Jogo – 2

 Lélia Gonzalez Dra. em Antropologia (1925-2005)	Foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira (1925-2005). É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no mundo.	"Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos."	Lélia Gonzalez
 Djamila Ribeiro Mestra em Filosofia (1981-)	É pesquisadora e mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (UNESP). É a autora do livro "Pensamento negro(s) antirracista(s)".	"Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica."	Djamila Ribeiro
 Neusa Santos Souza Mestra em Filosofia e Ciências (1940-2001)	Foi uma psicóloga, psicanalista e escritora brasileira (1940-2001). Sua obra é referência sobre os aspectos psicológicos e psicanalíticos da negritude.	"Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo."	Neusa Santos Souza
 Nilma Lino Gomes Dra.ª em Antropologia (1941-)	É pesquisadora da educação e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNESP). É referência em estudos sobre Educação Antirracista no Brasil.	"Quanto mais se nega a existência do racismo no Brasil, mais esse racismo se propaga."	Nilma Lino Gomes
 Helena Theodoro Dra.ª em Filosofia (1940-)	É a primeira mulher negra a ter tido um doutorado em Filosofia no Brasil. O título foi conquistado em 1985. Pesquisa sobre cultura, raça e sexo, experiências religiosas afro-brasileiras e relações raciais.	"Ao ver-se tratado de maneira impessoal, indiferente ou desvalorizada, o negro recebe uma mensagem de desvalorização"	Helena Theodoro
 Petronilha Silva Dra.ª em Educação (1941-)	Participa da produção de conhecimentos, políticas públicas e eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa. Foi relatora do Pnecar que antecedeu ao Documento Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.	"A Educação das Relações Étnico-Raciais pede compromisso com outro projeto – não o do colonizador – e este é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos?"	Petronilha Silva

Gabarito - Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”

Autor: Prof. Murilo Nunes

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

ANEXOS

AXENO A – Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

AXENO B – Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana..

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material

(*) CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Cláudio Frota Bezerra
Presidente do Conselho Nacional de Educação

JOGO DA MEMÓRIA:

Mulheres Negras Contra
o Racismo

MURILO NUNES
VITOR MACHADO



Nunes, Murilo.

Jogo da memória: mulheres negras contra o racismo/ Murilo Nunes; orientador: Vitor Machado. - Bauru : UNESP, 2025
41 f. : il.

Produto educacional elaborado como parte das exigências do
Mestrado Profissional Docência para a Educação Básica -
Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru

1. Sociologia. 2. Mulheres negras. 3. Antirracismo. 4. Lei nº
10.639/03. 5. Pedagogia Histórico-Crítica. I. Machado, Vitor. II.
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS - FC
CÂMPUS DE BAURU/SP

JOGO DA MEMÓRIA:

Mulheres Negras Contra o Racismo

ORIENTADOR
Prof. Dr. Vitor Machado

AUTOR
Murilo Nunes

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO
Intelectuais Negras Brasileiras e Pedagogia
Histórico-Crítica: possibilidades para um ensino de
Sociologia antirracista

DIAGRAMAÇÃO
Sara Mandolini

Objeto de aprendizagem desenvolvido como parte integrante do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica (Mestrado Profissional), pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.



O AUTOR

MURILO NUNES

Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009/2010), Especialização em Antropologia pela Universidade do Sagrado Coração (2017) e Especialização em Ensino de Sociologia e Filosofia pela Uniasselvi (2019), e Especialização em Confluências Africanas e Afro-brasileiras e as relações étnico-raciais na Educação pela Unida (2022). Experiência com vulnerabilidade social, agricultura familiar, produção cultural, EJA, antropologia visual, política da assistência social, educação popular, pesquisa de campo, conselhos municipais, ensino de sociologia, educação profissional, políticas públicas e população em situação de rua. Em 2025 atua como professor de sociologia e filosofia na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, nas cidades de Arealva e Bauru. Concluiu o mestrado em Docência para Educação Básica na Unesp de Bauru em maio de 2025, tendo defendido a dissertação intitulada “Intelectuais Negras Brasileiras E Pedagogia Histórico-Crítica: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista”.





O ORIENTADOR

VITOR MACHADO

Possui graduação em Ciências Sociais pela FCLAr/UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995), mestrado em Sociologia pela mesma Universidade (2000) e Doutorado em Educação pela UNICAMP (2008). Trabalhou na educação básica e no ensino superior, em diversas instituições públicas e privadas. Atualmente, é docente Assistente Doutor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Faculdade de Ciências, da UNESP /Campus de Bauru. Também é professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP/Campus de Araraquara. É Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino, Cultura e ideologia na Escola Urbana e Rural (GEPERU/CNPq/UNESP/Bauru). Tem experiência na área da Sociologia da Educação, com ênfase em Educação em Assentamentos Rurais, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos da educação, educação do campo; educação em comunidades tradicionais; juventude; juventude rural; educação e cultura; escola e ideologia; ensino de sociologia, sociologia e currículo. Também desenvolve estudos e pesquisas com temas ausentes do currículo na seguinte perspectiva: currículo e relações étnico-raciais; currículo e relação de gênero.



APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa acadêmica é um exemplo de como a educação pode ser usada como ferramenta de transformação social. A dissertação, intitulada **"Intelectuais Negras Brasileiras e Pedagogia Histórico-Crítica: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista"**, busca valorizar o protagonismo das mulheres negras no pensamento social brasileiro e promover um currículo de Sociologia que aborde o racismo de forma crítica e construtiva.

O objeto de aprendizagem resultante dessa pesquisa tem como objetivos:

- **Valorização do conhecimento científico e do discurso de mulheres negras:** reconhecendo suas contribuições históricas e sociais.
- **Qualificação do currículo de Sociologia:** enriquecendo-o com discussões sobre racismo e suas múltiplas dimensões.
- **Construção coletiva:** estimulando a interação e o diálogo entre educadores(as) e educandos(as).
- **Compromisso com um ambiente antirracista:** colaborando para a criação de espaços educacionais mais inclusivos e equitativos.

Vale ressaltar que o Jogo da Memória Mulheres Negras Contra o Racismo é resultante de pesquisa acadêmica intitulada Intelectuais Negras Brasileiras E Pedagogia Histórico-Crítica: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista, dissertação defendida como requisito para conclusão do mestrado em Docência para Educação Básica na Unesp de Bauru, sob orientação do Prof. Dr. Vitor Machado.

Boa leitura!



SUMÁRIO



ESTE SUMÁRIO É INTERATIVO!
CLIQUE PARA SER DIRECIONADO/A À
PÁGINA DESEJADA.

1. Introdução.....	08
2. O que é Racismo?.....	10
3. Grandes Mulheres do Pensamento Social Brasileiro.....	12
Beatriz Nascimento, Carla Akotirene e Carolina Maria de Jesus	14
Cida Bento, Conceição Evaristo e Djalma Ribeiro	15
Helena Theodoro, Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza.....	16
Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Sueli Carneiro.....	17
4. O Jogo da Memória	18
Componentes do Jogo	19
Composição do Jogo da Memória.....	20
Regras do Jogo da Memória	21
Cartas do Jogo da Memória.....	23
5. Gabarito do Jogo da Memória.....	35
6. Considerações Finais.....	38
7. Referências	41

INTRODUÇÃO

Por meio dessa iniciativa, reafirmo meu compromisso com a criação de um ambiente educacional inclusivo e antirracista, que contribua para a formação de cidadãos críticos e engajados com a luta pela equidade. Esse trabalho representa não apenas a conclusão de uma etapa acadêmica, mas também um passo significativo no meu percurso como educador comprometido com a transformação social.

Não consigo identificar com precisão o momento exato em que ocorreu meu despertar para uma atuação mais engajada nesse sentido. No entanto, percebi que não seria suficiente introduzir novas leituras ou simplesmente abordar o tema em sala de aula para que o antirracismo se integrasse genuinamente à minha personalidade e à minha visão de mundo.

Em minha trajetória de aproximação com o programa de pós-graduação, optei por cursar a disciplina intitulada “Educação e Corporeidade”, ministrada pela Professora Dra. Fernanda Rossi. Essa experiência representou um marco importante no delineamento do meu projeto de pesquisa, que começou a ganhar forma a partir das discussões aprofundadas realizadas em sala de aula.

Entre os temas debatidos, destaco as reflexões que trouxeram à tona a ausência significativa de corpos negros nas escolas, assim como o apagamento dos conhecimentos produzidos por esse grupo social. Essas questões se tornaram centrais na construção do meu trabalho, direcionando minha investigação acadêmica para uma análise mais crítica e comprometida com a valorização das identidades e saberes historicamente marginalizados.



O objeto de aprendizagem tem como objetivo colaborar com a disciplina de Sociologia na tarefa de enfrentar, com a complexidade e a seriedade merecidas, o desafio da construção de sujeitos e processos ativos e críticos, a violência perpetuada pelo racismo, os privilégios que colaboram para a sua manutenção e a soma de atitudes para a tomada de decisões conscientes que poderão construir uma realidade mais justa e igualitária.

Para o desenvolvimento do objeto de aprendizagem Jogo da Memória “Mulheres Negras Contra o Racismo”, utilizamos a metodologia da Prática Social apresentada por Demerval Saviani, proposta basilar da corrente pedagógica conhecida como Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Acreditamos que essa metodologia é a mais apropriada por basear-se na dialética materialista-histórica e pelo compromisso de assegurar às camadas populares acesso ao conhecimento sistematizado historicamente, objetivando a mudança social.



O QUE É RACISMO ?



O racismo é uma forma de discriminação que se baseia na crença da superioridade de determinados grupos raciais em relação a outros, perpetuando desigualdades e exclusões sociais, econômicas e culturais. Ele se manifesta tanto em comportamentos individuais quanto em estruturas sistêmicas, sendo sustentado por práticas, discursos e privilégios que reforçam a marginalização e violência contra grupos racializados.

Os objetivos do objeto de aprendizagem citado dialogam diretamente com a luta contra o racismo ao propor uma abordagem educacional que desafie essas desigualdades e promova uma reflexão crítica sobre os privilégios que alimentam essas estruturas opressivas. Ao criar um espaço de ensino que valoriza a construção de sujeitos ativos e críticos, o objeto busca enfrentar a perpetuação da violência racial, sensibilizar educadores(as) e educandos(as) para a tomada de decisões conscientes e colaborar na formação de uma realidade mais justa e igualitária.

Além disso, o objeto incentiva a problematização do racismo em suas diferentes dimensões, fomentando um ambiente educacional que reconheça as contribuições de grupos historicamente excluídos e que inspire ações concretas para o fortalecimento de uma sociedade antirracista.



GRANDES MULHERES DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO



Ao trazer essas mulheres negras intelectuais como referencial teórico, busca-se não apenas reparar essa exclusão histórica, mas também enriquecer o debate acadêmico com abordagens que dialogam diretamente com as múltiplas dimensões do racismo e das opressões interseccionais. Além disso, essa escolha destaca o protagonismo dessas autoras como produtoras de conhecimento, confrontando estruturas epistemológicas que frequentemente priorizam perspectivas eurocêntricas e masculinas.

Historicamente, as contribuições de mulheres negras no pensamento social foram preteridas, mesmo quando suas vivências e análises trazem perspectivas essenciais para a compreensão das relações de poder, desigualdades e estratégias de resistência.

As autoras foram selecionadas para integrar o jogo da memória devido à relevância de suas trajetórias e contribuições para a cultura, à literatura, à academia e o ativismo no Brasil. Cada uma delas representa aspectos fundamentais da luta contra o racismo, da promoção da igualdade de gênero e da valorização das identidades negras.

Incorporá-las ao jogo da memória não apenas reconhece e celebra suas conquistas, mas também proporciona uma oportunidade educativa de divulgar e perpetuar seus legados. Essa iniciativa fomenta o diálogo sobre questões sociais importantes, estimulando a construção de uma sociedade mais consciente e equitativa.





BEATRIZ NASCIMENTO

Historiadora, professora, roteirista e poetisa, sua obra trouxe reflexões essenciais sobre identidade negra, diáspora africana e racismo, consolidando-a como uma figura central no pensamento negro no Brasil. Sendo negra, nordestina e mulher, sua perspectiva única influenciou profundamente sua produção intelectual, tornando-a uma voz crucial para as minorias e uma referência para a compreensão da história e cultura afro-brasileira.

CARLA AKOTIRENE

Nascida em Salvador, Bahia, em 30 de abril de 1980, é uma destacada feminista, militante, pesquisadora e autora. Doutora em Estudos Feministas pela Universidade Federal da Bahia, atua como consultora em políticas públicas e colunista, sendo autora de obras relevantes sobre o tema. Sua trajetória a consolidou como uma voz influente no feminismo brasileiro.

CAROLINA MARIA DE JESUS

Nascida em Sacramento, Minas Gerais, foi uma das pioneiras na literatura brasileira. Escritora, cantora-compositora e poetisa, destacou-se com sua obra "Quarto de Despejo", que retrata de forma impactante a pobreza e marginalização no Brasil. Sua escrita transcendeu a narrativa, transformando as vivências da pobreza em uma expressão artística singular.

CIDA BENTO

Nascida em São Paulo, é uma destacada psicóloga e ativista brasileira. Doutora em Psicologia pela USP, com pesquisa focada no racismo, é cofundadora e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Sua trajetória é marcada pela atuação em questões raciais e desigualdade, influenciando políticas públicas e debates sociais no Brasil.

CONCEIÇÃO EVARISTO

Nascida em Belo Horizonte em 29 de novembro de 1946, é uma figura central na literatura brasileira contemporânea. Poetisa, contista, romancista e teórica, sua trajetória inclui trabalho como empregada doméstica antes de se tornar professora e consolidar uma prolífica carreira literária. Atualmente aposentada, permanece uma voz influente no cenário literário do país.

DJAMILA RIBEIRO

Nascida em 1º de agosto de 1980, é uma respeitada filósofa, ativista social e docente. Originária da cidade de São Paulo e criada em Santos, ela se encontra iniciada no Candomblé para Oxóssi. Com uma trajetória marcada pela defesa dos direitos das mulheres e da população negra, Djamila é referência nacional nas discussões sobre interseccionalidade, raça e gênero. Sua formação acadêmica inclui graduação e mestrado em Filosofia, áreas onde se consolidou como uma voz essencial no debate sobre desigualdades sociais no Brasil.



HELENA THEODORO

Nascida em 1943 no Rio de Janeiro, é uma destacada acadêmica brasileira, reconhecida como a primeira mulher negra a obter um doutorado no país. Filha de Léa e Jurandyr Theodoro, ativistas do movimento negro, formou-se em Filosofia pela Universidade Gama Filho. Sua trajetória simboliza a luta por igualdade e reconhecimento no campo intelectual brasileiro.

LÉLIA GONZALEZ

Foi uma destacada intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Reconhecida como uma referência nos estudos e debates sobre gênero, raça e classe, tanto no Brasil quanto na América Latina e globalmente, ela se consolidou como uma das principais vozes do feminismo negro no país.

NEUSA SANTOS SOUZA

Nascida na Bahia, foi uma destacada psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira. Reconhecida por sua habilidade em combinar psicanálise com a militância antirracista, deixou uma marca significativa em sua obra. Além disso, atuou como cronista e articulista, enriquecendo o debate sobre questões sociais e raciais.

NILMA LINO GOMES

Natural de Belo Horizonte, é uma destacada pedagoga brasileira. Graduada em Pedagogia e mestre em Educação pela UFMG, possui doutorado em Antropologia Social pela USP. Reconhecida por seu pioneirismo, foi a primeira mulher negra a dirigir uma universidade federal no Brasil, destacando-se por sua gestão, produção intelectual e contribuições à educação.

PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA

Nascida em 29 de junho de 1942 em Porto Alegre, é uma renomada educadora, pesquisadora e ativista brasileira. Com extensa atuação em ensino, pesquisa e extensão, seu trabalho se concentra em relações étnico-raciais e é amplamente reconhecido no país. Criada no bairro Colônia Africana, hoje chamado Rio Branco, sua trajetória reflete um compromisso profundo com a educação e a justiça social.

SUELI CARNEIRO

Nascida em São Paulo em 24 de junho de 1950, é uma destacada filósofa, escritora e ativista antirracista brasileira. Sua trajetória é marcada pela atuação no movimento social negro e pela luta pela igualdade racial. Reconhecida por suas contribuições ao pensamento e ativismo negro, Sueli tem papel fundamental na promoção de justiça e combate ao racismo no Brasil.

O JOGO DA MEMÓRIA





O jogo da memória foi desenvolvido com o objetivo de atender às necessidades pedagógicas de estudantes do Ensino Médio, com idades entre 13 e 18 anos. Inicialmente concebido como uma estratégia complementar ao currículo da disciplina de Sociologia, o jogo também se presta a uma abordagem transdisciplinar, possibilitando sua aplicação em diversas áreas do conhecimento. Essa versatilidade permite que ele atue como uma ferramenta educacional dinâmica, adaptável a diferentes contextos de ensino e aprendizagem.

Ao longo de seu desenvolvimento, o jogo passou por três versões distintas, durante as quais o processo de pesquisa e seleção das autoras foi sendo aprimorado até alcançar a versão final apresentada. Essa evolução reflete um compromisso com a qualidade e a relevância dos conteúdos abordados, alinhando o jogo às demandas educacionais e sociais contemporâneas. É importante destacar que, apesar de esta amostra incluir autoras de grande relevância, o Brasil possui um número significativo de outras intelectuais igualmente importantes.

Além disso, o jogo foi concebido de forma a permitir adaptações locais. Isso significa que, por meio de pesquisas realizadas pela comunidade escolar, outras autoras podem ser incluídas, especialmente aquelas que pertencem ao contexto social e cultural da região em que o jogo está sendo aplicado. Essa flexibilidade enriquece a experiência pedagógica, garantindo que o jogo seja não apenas uma ferramenta educativa, mas também um espaço para a valorização de identidades e saberes locais.

COMPONENTES DO JOGO

Os componentes foram pensados para proporcionar uma experiência educativa e interativa, conectando os(as) estudantes às figuras históricas e seus legados, ao mesmo tempo que estimulam o aprendizado e a memória.

COMPOSIÇÃO DO JOGO DA MEMÓRIA

O jogo da memória é composto por um total de 48 cartas, divididas em conjuntos que representam diversas autoras. Cada autora possui 4 cartas dedicadas, organizadas da seguinte forma:

02 cartas com a imagem da autora, representando sua identidade visual no jogo.

01 carta com uma breve biografia da autora, destacando aspectos relevantes de sua trajetória e contribuições.

01 carta com uma frase de destaque, retirada de sua obra, que sintetiza ou ilustra o impacto de sua produção intelectual.

01 gabarito.

As cartas já estão **formatadas no tamanho ideal** para impressão, facilitando o preparo do jogo.



O ideal é que sejam impressas no formato “frente e verso”, já que o verso tem imagens diferentes para cartas com identificação visual e para cartas com frases, facilitando a escolha das jogadas.

Para garantir maior durabilidade e usabilidade, recomenda-se que as cartas sejam **plastificadas** ou envoltas por proteção plástica após a impressão. Isso permitirá que sejam manipuladas com mais segurança, mantendo a qualidade ao longo do uso em sala de aula.

REGRAS DO JOGO DA MEMÓRIA

OBJETIVO:

Formar pares de cartas correspondentes (imagem + biografia ou imagem + frase) de cada autora.

NÚMERO DE JOGADORES:

A critério do(a) professor(a).

PREPARAÇÃO:

1. Misture todas as 48 cartas e distribua-as em uma superfície plana, com as faces viradas para baixo.
2. Certifique-se de que as cartas estejam dispostas em um formato organizado (como um retângulo ou quadrado).

COMO JOGAR:

1. O jogo ocorre em turnos. Decida quem será o primeiro jogador, e os turnos seguirão no sentido horário.
2. No seu turno, o jogador escolhe duas cartas para virar, revelando o conteúdo:
 - Se as cartas formarem um par correspondente (imagem + biografia ou imagem + frase da mesma autora), o jogador guarda as cartas e ganha o direito de jogar novamente.
 - Se não forem correspondentes, o jogador deve colocar as cartas de volta na posição original, viradas para baixo, e passa o turno para o próximo jogador.
 - Sugerimos que um mediador, no caso de não haver correspondência entre as cartas, utilize o gabarito e indique a autoria correta para que haja aprendizado durante toda a execução do jogo.
3. O jogo continua até todas as cartas serem emparelhadas.

FINALIZAÇÃO E PONTUAÇÃO:

- O jogo termina quando todas as cartas forem combinadas.
- Cada jogador soma os pares que formou durante o jogo. O vencedor é aquele que tiver o maior número de pares correspondentes.

ADAPTAÇÃO OPCIONAL:

- Professores podem adicionar cartas de autoras locais ou outras figuras relevantes ao contexto escolar.
- O jogo pode ser utilizado em formato de grupo, com discussões breves sobre as autoras após cada turno.

CARTAS DO JOGO DA MEMÓRIA

FRENTE
(IMPRIMIR 2 VEZES)



BEATRIZ NASCIMENTO
Mestre em História
(1942 - 1985)



CARLA AKOTIRENE
Dr.^a em Estudos Feministas
(1980 -)



CAROLINA MARIA DE JESUS
Escritora e Poetisa
(1914 - 1977)



CIDA BENTO
Dr.^a em Psicologia
(1952 -)



CONCEIÇÃO EVARISTO
Dr.^a em Literatura e Escritora
(1946 -)



LÉLIA GONZALEZ
Dr.^a em Antropologia
(1935 - 1994)



VERSO
(IMPRIMIR 2 VEZES)



FRENTE
(IMPRIMIR 2 VEZES)



DJAMILA RIBEIRO
Mestra em Filosofia
(1980 -)



NEUSA SANTOS SOUZA
Mestra em Psiquiatria e
Escritora (1948 - 2008)



NILMA LINO GOMES
Dr.^a em Antropologia
(1961 -)



SUELI CARNEIRO
Dr.^a em Filosofia
(1950 -)



HELENA THEODORO
Dr.^a em Filosofia
(1943 -)



PETRONILHA SILVA
Dr.^a em Educação
(1942 -)



VERSO
(IMPRIMIR 2 VEZES)



FRENTE

..Quando acabaram os quilombos em termos históricos, por causa da repressão, ele vem a ser simbologia. Aí entra o corpo e a memória; Quem carrega o quilombo são os próprios corpos negros..

Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Foi professora, pesquisadora, ativista e poeta (1942 - 1985).

..Feminismos brancos fracassam na tentativa de socorrer as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas..

É Doutora em Estudos Feministas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).



É referência nos estudos sobre interseccionalidade no feminismo.

..de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: isto é mentira! Mas, as misérias são reais..

Foi uma escritora, compositora, cantora e poetisa brasileira (1914 - 1977).



Com estilo próprio de narrar o cotidiano, escreveu o clássico ..Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada.. (1960).



VERSO



FRENTE

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros, mas é como se assim fosse...

É Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.



Cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

Me perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras...

É uma das mais influentes escritoras do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio.



É Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos...

Foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira (1935-1994).



É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no mundo.



VERSO



FRENTE

..Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica..

É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (USP).



É a autora do livro ..Pequeno manual antirracista..

..Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesma..

Foi uma psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira (1948 - 2008).



Sua obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.

..Quanto mais se nega a existência do racismo no Brasil, mais esse racismo se propaga..

É pesquisadora da educação e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Paulo (USP).



É referência em estudos sobre Educação Antirracista no Brasil.



VERSO



FRENTE

“Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social.”

É fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.



É uma filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro.

“Ao ver-se tratado de maneira impessoal, indiferente ou desvalorizada, o negro recebe uma mensagem de desconfirmação”

É a primeira mulher negra a terminar um doutorado em Filosofia no Brasil. O título foi conquistado em 1985.



Pesquisa sobre carnaval, samba e arte, experiências religiosas afro-brasileiras e relações raciais.

“A Educação das Relações Étnico-Raciais pede compromisso com outro projeto – não o do colonizador – e esse é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos?”

Participa da produção de conhecimento, políticas públicas e eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa.



Foi relatora do Parecer que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.



VERSO



GABARITO DO JOGO DA MEMÓRIA



Gabarito --Logo da Memória: Mulheres Negras Contra o Racismo--

Autor: Prof. Murilo Nunes

BEATRIZ NASCIMENTO



BEATRIZ NASCIMENTO
Mestre em História
(1942 - 1985)

Formada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Foi professora, pesquisadora, ativista e poeta (1942 - 1985).

Quando acabaram os quilombos em termos históricos, por causa da repressão, ele vem a ser simbologia. Aí entra o corpo e a memória; Quem carrega o quilombo são os próprios corpos negros.



CIDA BENTO
Dr.^a em Psicologia
(1952 -)

É Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.



Cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros, mas é como se assim fosse.

CIDA BENTO

CARLA AKOTIRENE



CARLA AKOTIRENE
Dr.^a em Estudos Feministas
(1980 -)

É Doutora em Estudos Feministas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).



É referência nos estudos sobre interseccionalidade no feminismo.

Feminismos brancos fracassam na tentativa de socorrer as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas.



CONCEIÇÃO EVARISTO
Dr.^a em Literatura e Escritora
(1946 -)

É uma das mais influentes escritoras do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio.



É Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.

CONCEIÇÃO EVARISTO

CAROLINA MARIA DE JESUS



CAROLINA MARIA DE JESUS
Escritora e Poetisa
(1914 - 1977)

Foi uma escritora, compositora, cantora e poetisa brasileira (1914 - 1977).



Com estilo próprio de narrar o cotidiano, escreveu o clássico Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada. (1960).

de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: isto é mentira! Mas, as misérias são reais.



LÉLIA GONZALEZ
Dr.^a em Antropologia
(1935 - 1994)

Foi uma intelectual, autora, ativista, professora, filósofa e antropóloga brasileira (1935-1994).



É uma referência nos estudos e debates de gênero, raça e classe no mundo.

razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.

LÉLIA GONZALEZ

Gabarito --Logo da Memória: Mulheres Negras Contra o Racismo--

Autor: Prof. Murilo Nunes

DJAMILA RIBEIRO



DJAMILA RIBEIRO
Mestra em Filosofia
(1980 -)

É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (USP).



É a autora do livro
"Pequeno manual antirracista".

"Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica."

NEUSA SANTOS SOUZA



NEUSA SANTOS SOUZA
Mestra em Psiquiatria e Escritora (1948 - 2008)

Foi uma psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira (1948 - 2008).



Sua obra é referência sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.

"Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo."

NILMA LINO GOMES



NILMA LINO GOMES
Dr.^a em Antropologia
(1961 -)

É pesquisadora da educação e Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Paulo (USP).



É referência em estudos sobre Educação Antirracista no Brasil.

"Quanto mais se nega a existência do racismo no Brasil, mais esse racismo se propaga."



HELENA THEODORO
Dr.^a em Filosofia
(1943 -)

É a primeira mulher negra a terminar um doutorado em Filosofia no Brasil. O título foi conquistado em 1985.



Pesquisa sobre carnaval, samba e arte, experiências religiosas afro-brasileiras e relações raciais.

"Ao ver-se tratado de maneira impessoal, indiferente ou desvalorizada, o negro recebe uma mensagem de desconfirmção."

HELENA THEODORO



PETRONILHA SILVA
Dr.^a em Educação
(1942 -)

Participa da produção de conhecimento, políticas públicas e eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa.



Foi relatora do Parecer que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

"A Educação das Relações Étnico-Raciais pede compromisso com outro projeto – não o do colonizador – e esse é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos?"

PETRONILHA SILVA



SUELI CARNEIRO
Dr.^a em Filosofia
(1950 -)

É fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.



É uma filósofa, escritora e ativista do movimento social negro brasileiro.

"Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social."

SUELI CARNEIRO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este e-book, esperamos ter transmitido a importância de valorizar as trajetórias e contribuições das autoras que compõem o jogo da memória. Cada detalhe apresentado, desde a seleção criteriosa das intelectuais até as propostas de aplicação do jogo, visa enriquecer o ambiente educacional com uma abordagem dinâmica, reflexiva e inclusiva. Este material é mais do que um recurso pedagógico; é uma oportunidade de resgatar histórias, promover diálogos significativos e fortalecer a valorização das identidades negras e femininas no contexto brasileiro.

Convidamos você a explorar o jogo em sala de aula, adaptá-lo ao seu contexto e permitir que os/as estudantes descubram as vozes poderosas que ajudaram a moldar nossa sociedade. Que esta atividade inspire reflexões profundas, aprendizagens marcantes e, sobretudo, contribua para a construção de um espaço educacional mais justo e transformador.

Desejamos a todos um excelente jogo e uma experiência repleta de descobertas! Se precisar de suporte ou ideias adicionais, estou à disposição para ajudar a enriquecer ainda mais essa jornada.

Bom jogo!

Contato: murilo.cabral@unesp.br



Clique no link ou escaneie o QR Code para acessar a dissertação **“Intelectuais Negras Brasileiras e Pedagogia Histórico-Crítica: possibilidades para um ensino de Sociologia antirracista”** na Íntegra.

QR Code e link para acessar a dissertação



REFERÊNCIAS

BEATRIZ NASCIMENTO:

Documentário Ôrí - 1989 - Direção Raquel Gerber - Brasil.

CARLA AKOTIRENE:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

CAROLINA MARIA DE JESUS:

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

CIDA BENTO:

Bento, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

CONCEIÇÃO EVARISTO:

Entrevista:

<https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2019/11/conceicao-evaristo-questao-do-negro-nao-e-para-nos-resolvermos-e-para-nacao.html>.

DJAMILA RIBEIRO:

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

HELENA THEODORO:

Theodoro, H. (1985). **O negro no espelho**: implicações para a moral social brasileira do ideal de pessoa humana na cultura negra. (Tese de doutorado, Universidade Gama Filho).

LÉLIA GONZALEZ:

Entrevista publicada no Jornal do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, ano II, n. 5, abril-maio de 1986.

NILMA LINO GOMES:

Entrevista: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-07/quanto-mais-se-nega-existencia-racismo-mais-ele-se-propaga-diz-ministra>.

NEUSA SANTOS SOUZA:

SOUZA, N. S. Tornar-se negro ou “As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SUELI CARNEIRO:

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Jandaíra, 2020.

NOTA EDITORIAL: este guia foi desenvolvido na ferramenta digital Canva, sendo utilizado em sua composição elementos gráficos e imagens disponibilizadas na ferramenta.

